

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

FELIPE DUPLAT LUZ

COMÉRCIO INTERNACIONAL, DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA: UMA
ANÁLISE INTEGRADA DE EQUILÍBRIO GERAL E MICROSSIMULAÇÃO PARA O
BRASIL

CURITIBA

2023

FELIPE DUPLAT LUZ

COMÉRCIO INTERNACIONAL, DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA: UMA
ANÁLISE INTEGRADA DE EQUILÍBRIO GERAL E MICROSSIMULAÇÃO PARA O
BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Vinícius de Almeida Vale
Coorientadora: Kênia Barreiro de Souza

CURITIBA

2023

RESUMO

Apesar dos modelos teóricos de economia internacional convergirem para a compreensão de que o comércio pode ser um fator positivo para o desenvolvimento econômico de um país, reduzindo os índices de desigualdade de renda e pobreza, as evidências empíricas, até então, demonstram resultados dúbios, não havendo nenhum tipo de convergência. Entretanto, isso não necessariamente significa que não haja uma resposta conclusiva na literatura, mas sim pode indicar que não existe uma resposta única. Dado esse cenário, a presente dissertação tem como objetivo estimar os efeitos de uma maior abertura comercial sobre a distribuição da renda familiar e sobre os índices de pobreza no Brasil através do modelo nacional de equilíbrio geral para simular diferentes cenários de políticas de liberalização comercial integrado a uma abordagem de microssimulações contrafactuais para capturar as respostas comportamentais dos indivíduos.

Palavras-chaves: Comércio internacional. Desigualdade de renda. Pobreza. Equilíbrio Geral Computável. Microssimulação.

ABSTRACT

Despite the theoretical models of international economics converging on the understanding that trade can be a positive factor for the economic development of a country, reducing income inequality and poverty indices, empirical evidence, so far, has shown dubious results, not there is no kind of convergence. However, this does not necessarily mean that there is no conclusive answer in the literature, but it may indicate that there is no single answer. Given this scenario, the present dissertation aims to estimate the effects of greater trade liberalization on the distribution of family income and on poverty rates in Brazil through the national general equilibrium model to simulate different scenarios of trade liberalization policies integrated with a counterfactual microsimulation approach to capture individuals' behavioral responses.

Keywords: International trade. Wage inequality. Poverty. Computable General Equilibrium.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Resultado do comércio internacional no modelo H-O	13
FIGURA 2 – Estrutura de produção do modelo ORANIG-BR	22
FIGURA 3 – Estrutura da demanda das famílias do modelo ORANIG-BR	24
FIGURA 4 – Fechamento de curto-prazo do modelo ORANIG-BR	26
FIGURA 5 – Fechamento de curto-prazo do modelo ORANIG-BR	29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Canais de transmissão entre comércio internacional e a desigualdade de renda e pobreza	16
QUADRO 2 – Categorização do fator trabalho	23

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– Efeitos macroeconômicos de curto-prazo da redução tarifária	33
TABELA 2	– Efeitos de curto-prazo da redução tarifária sobre o nível de atividade e emprego (var. %)	34
TABELA 3	– Decomposição dos efeitos de curto-prazo da redução tarifária (var. %) .	35
TABELA 4	– Efeitos de curto-prazo da redução tarifária sobre as importações (var. %) .	36
TABELA 5	– Redução tarifária para as <i>commodities</i> do modelo ORANIG-BR	46
TABELA 6	– Correspondência dos setores no modelo ORANIG-BR	50
TABELA 7	– Correspondência das <i>commodities</i> no modelo ORANIG-BR	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

H-O	Modelo Heckscher-Ohlin.
SS	Teorema Stolper-Samuelson.
EGC	Equilíbrio Geral Computável.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
SCN	Sistema de Contas Nacionais.
Mercosul	Mercado Comum do Sul.
UE	União Europeia.
ORANI	<i>Single-Country Computable General Equilibrium Model of the Brazilian Economy</i> – Modelo de Equilíbrio Geral Computável de País Único da Economia Brasileira.
CES	<i>Constant Elasticity of Substitution</i> – Elasticidade de Substituição Constante.
LES	<i>Linear Expenditure System</i> – Sistema de Despesa Linear.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1	OS CANAIS DE TRANSMISSÃO	12
2.1.1	Desigualdade de renda	13
2.1.2	Pobreza	15
2.2	AS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	16
2.2.1	Equilíbrio parcial	17
2.2.2	Equilíbrio geral	18
3	METODOLOGIA E DADOS	20
3.1	O MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL	20
3.1.1	Produção	21
3.1.1.1	Composição do fator trabalho	23
3.1.2	Demanda das famílias	23
3.1.3	Fechamento do modelo	25
3.2	BASE DE DADOS E CALIBRAGEM	27
3.3	MODELO DE MICROSIMULAÇÃO COMPORTAMENTAL	27
3.3.1	Forma funcional	30
3.3.2	Abordagem empírica	31
4	SIMULAÇÃO E RESULTADOS	32
4.1	SIMULAÇÃO	32
4.2	RESULTADOS DO MODELO ORANIG-BR	32
4.3	RESULTADOS DA MICROSIMULAÇÃO COMPORTAMENTAL	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICES	45
	APÊNDICE A – TABELA DE DADOS	46

1 INTRODUÇÃO

Há uma extensa literatura que busca analisar o canal de transmissão entre comércio internacional e a desigualdade de renda e pobreza (FERREIRA FILHO; HORRIDGE, 2006; CAS-TILHO; MENÉNDEZ; SZTULMAN, 2012; BAYAR; SEZGIN, 2017; ANDERSON, 2020). Esse debate é motivado, por um lado, pelo crescente destaque da abertura comercial como um vetor para o crescimento econômico (ATKIN; DONALDSON, 2022) e, por outro lado, pela crença que essa abertura é capaz de gerar melhorias sobre a produtividade e renda com repercussões positivas nos indicadores de desigualdade e pobreza (CARNEIRO; ARBACHE, 2006).

Os modelos teóricos de economia internacional apontam, por sua vez, que o comércio é capaz de influir nos preços relativos de um país, gerando fortes efeitos distributivos sobre a sua renda nacional. Com isso, espera-se que haja grupos beneficiados e grupos prejudicados a partir de uma determinada abertura comercial. Entretanto, esses modelos também apontam que os ganhos serão grandes o suficiente para compensar as perdas ocasionadas, dado o aumento de produtividade e bem-estar gerados pela maior exposição ao comércio internacional. O modelo H-O (HECKSCHER, 1949; OHLIN, 1967) e o Teorema SS (STOLPER; SAMUELSON, 1941) são dois exemplos que ilustram essa dinâmica.

No modelo H-O¹, a abertura comercial promove a seguinte mudança nos preços relativos: os bens que são intensivos no uso do fator produtivo abundante no país terão seus preços relativos aumentados, pois a demanda por esses bens aumenta no mercado internacional; ao passo que os preços relativos dos bens que são intensivos no uso do fator de produção escasso tendem a diminuir. O resultado é a especialização² do país no bem que usa intensivamente seu fator produtivo abundante, tornando por exportá-lo, importando o bem que usa seu fator escasso (HECKSCHER, 1949; OHLIN, 1967). Essa mudança de preços relativos, de acordo com o modelo, promove o aumento da eficiência tanto na produção quanto no consumo dos países, elevando seu nível de bem-estar.

Entretanto, esse ganho de produtividade não é igualmente repartido na sociedade. De acordo com o teorema SS, o aumento do preço relativo de um bem, via efeito magnificação, também eleva a remuneração relativa do seu fator produtivo, reduzindo, por conseguinte, a remuneração do outro fator (STOLPER; SAMUELSON, 1941). Ou seja, o aumento da renda dos proprietários de um fator produtivo resulta diretamente na redução da renda dos proprietários do outro fator. O comércio internacional sempre gera vencedores e perdedores.

A conclusão do teorema SS não impede de afirmar que o comércio internacional pode ser benéfico para todos. Se os ganhos excedem as perdas no movimento de liberalização comercial, é possível redistribuir a renda de tal forma que todos os indivíduos tenham, pelo menos,

¹ Considera-se o modelo 2x2x2: dois países, dois fatores produtivos e dois bens.

² Diferente do modelo ricardiano, aqui não há, necessariamente, especialização completa.

tanto quanto já tinham antes da referida abertura. A isso, a teoria econômica conceitua como *princípio da compensação* (IRWIN, 1998). É a escolha política e econômica geralmente aceita sobre como lidar com os custos de uma liberalização comercial, podendo assumir diversas formas, incluindo pagamentos diretos, seguro salarial, retreinamento profissional ou até ajuda na transição para um novo emprego (KOLBEN, 2021). Ou seja, é a política preferencial a ser seguida para maximizar o bem-estar a partir de determinada uma abertura comercial.

Apesar da teoria econômica convergir para a noção que o comércio internacional é um fator capaz de reduzir a desigualdade de renda e pobreza, as evidências empíricas apontam para distintos cenários, não havendo qualquer consenso na literatura econômica sobre seus efeitos (WINTERS; MCCULLOCH; MCKAY, 2004).

Para os países latino-americanos, em especial o Brasil, essa questão é ainda mais dúbia, já que uma economia em desenvolvimento mais integrada ao comércio internacional também pode estar mais vulnerável a choques externos, como mudanças abruptas nos termos de troca, que podem reduzir significativamente o crescimento do país (BANNISTER; THUGGE, 2001). Essa vulnerabilidade eleva o grau de incerteza, fazendo com que o país possa operar com níveis de pobreza acima do que uma economia menos integrada operaria, além de gerar uma perda da eficiência de políticas econômicas capazes de reduzir pobreza e desigualdade de renda (WINTERS, 2002).

É válido ressaltar que a falta de consenso na literatura não indica, necessariamente, que os estudos sejam inconclusivos, mas pode indicar a inexistência de uma resposta única para a questão. O modelo H-O, bem como a extensa maioria dos modelos teóricos de comércio internacional, desconsidera a estrutura produtiva dos países, bem como a composição da pauta exportadora e a distribuição funcional da renda em sua formulação. A forma que essa diversidade de fatores pode gerar distintos impactos em termos de desigualdade de renda e pobreza é uma questão pouco explorada na literatura e, possivelmente, a razão da referida ausência de consenso.

Embora a literatura econômica tenha abordado extensivamente esse assunto, sob diversas óticas, ainda há profícuos *gaps* para serem adereçados. A grande maioria dos estudos se limitou a abordar o tema a partir das experiências históricas de abertura comercial - sendo comumente utilizados modelos de equilíbrio parcial (CASTILHO; MENÉNDEZ; SZTULMAN, 2012; BAYAR; SEZGIN, 2017) - ou a partir de estudos de caso, sem focar na questão estrutural (BORRAZ; ROSSI; FERRES, 2012; ESTRADES, 2012; CAMPOS; TIMINI, 2022). Desse modo, pouco se debateu na literatura sobre a influência do padrão de comércio, e o perfil da pauta exportadora, bem como do padrão de consumo e renda das famílias, sobre os indicadores de desigualdade de renda e pobreza, evidenciando os canais de transmissão que podem influenciar esses indicadores.

Por essa razão, a presente dissertação tem como objetivo estimar os efeitos de uma maior abertura comercial sobre a distribuição da renda familiar e sobre os índices de pobreza no

Brasil. Para isso, utiliza-se um modelo nacional de equilíbrio geral para simular diferentes cenários de políticas de liberalização comercial integrado a uma abordagem de microssimulações contrafactuais a fim de captar as respostas comportamentais dos indivíduos.

O Brasil serve como um interessante caso de estudo por duas razões. Primeiro, pelo recente histórico de abertura comercial, seguindo a tendência de diversos países em desenvolvimento que, nas últimas quatro décadas, implementaram uma série de políticas liberalizantes em larga escala, integrando-se ao sistema de comércio global (PAVCNIK, 2017), embora o coeficiente de abertura comercial brasileiro seja um dos menores do mundo, ocupando o nono lugar no ranking de países mais fechados ao comércio internacional (ROSER; ORTIZ-OSPINA, 2019). Segundo, o Brasil ainda é um país com elevados índices de desigualdade de renda e pobreza, apesar de ter havido uma queda acentuada observada desde o início da década de 2000 (OECD, 2015).

Até onde se tem conhecimento no presente momento, apenas Carneiro e Arbach (2006) e Ferreira Filho e Horridge (2006) conduziram um estudo semelhante para o Brasil, entretanto, sem realizar o mesmo nível de desagregação das famílias e dos fatores produtivos do modelo de equilíbrio geral. Esta dissertação contribui para a literatura econômica ao incorporar os efeitos do comércio internacional sobre a estrutura de renda das diferentes classes de famílias brasileiras, tanto entre si quanto entre indivíduos da mesma família.

A estrutura desta dissertação segue a seguinte ordem: após esta Introdução, o segundo capítulo aborda as mais recentes evidências da literatura acerca da interação entre o comércio internacional e os indicadores de desigualdade de renda e pobreza. O terceiro capítulo detalha a estratégia empírica aqui adotada. O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da simulação do modelo EGC e da microssimulação comportamental. Por fim, o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo contextualiza a contribuição, tanto teórica quanto empírica, da literatura econômica para a temática desta dissertação. A primeira seção se concentra nos canais de transmissão que associam o comércio internacional à desigualdade de renda e pobreza, discutindo a natureza desse vínculo e o comportamento esperado. A segunda e última seção apresenta as evidências empíricas existentes sobre os canais de transmissão debatidos na seção anterior, no qual pode ser percebido a dificuldade em criar uma convergência acerca dos efeitos do comércio internacional sobre os indicadores de desigualdade de renda e pobreza.

2.1 OS CANAIS DE TRANSMISSÃO

De início, é importante afirmar que estabelecer uma associação entre comércio internacional e indicadores de desigualdade de renda e pobreza é uma atividade desafiadora. A própria mensuração de desigualdade e pobreza é bastante complexa, sendo, por si só, tema exclusivo de diversos estudos (NERI, 2006; SOARES, 2009; HOFFMANN; BOTASSIO; JESUS, 2019). Ademais, há outro grande desafio em desvincilhar os próprios canais de transmissão entre si, uma vez que são interdependentes e sujeitos a influência de outros tipos de políticas e eventos econômicos (BANNISTER; THUGGE, 2001).

Pode-se entender o comércio internacional enquanto um choque exógeno sobre os preços relativos de uma economia com fortes efeitos distributivos entre e dentro dos países¹. O resultado final desse choque depende da estrutura de mercado e particularmente do setor de distribuição² (WINTERS, 2002). Desse modo, frente a um processo de liberalização comercial, se a estrutura de mercado e setor de distribuição são aquém do esperado, é possível que haja determinadas regiões do país e setores produtivos que fiquem isolados dos efeitos positivos desse processo (BANNISTER; THUGGE, 2001).

Intuitivamente, o primeiro canal de transmissão que se pode imaginar é o crescimento econômico, uma vez que um maior crescimento indica maiores oportunidades de emprego e de geração de renda, que afetam diretamente a pobreza e desigualdade³. Entretanto, sua conexão com o comércio internacional é indefinida, sendo também, por si só, tema de diversos estudos que buscam investigar essa conexão (ANDERSON; LARCH; YOTOV, 2016; DIX-CARNEIRO; KOVAK, 2017; GNANGNON, 2018).

¹ O comércio internacional pode afetar os preços relativos de uma economia de diversas formas: por variações cambiais, inovação, concorrência, etc. No modelo H-O, a abertura comercial promove a convergência dos preços relativos entre os dois países a partir da entrada do bem por um preço abaixo do praticado em autarquia.

² Pode ser entendido como uma categoria genérica para agrupar todos os canais de transmissão entre o comércio internacional e a desigualdade de renda e pobreza existentes em uma economia (WINTERS, 2002)

³ Há uma extensa literatura econômica acerca dos efeitos do crescimento pró-pobre e pró-rico (*pro-poor and pro-rich growth*) sobre a desigualdade de renda. Sobre isso, pode-se citar Ravallion (2004) e Thorbecke e Ouyang (2022).

A primeira subseção discute os canais de transmissão conhecidos na literatura entre o comércio internacional e a desigualdade de renda. Já a segunda subseção discute os canais de transmissão que afetam a pobreza. O Quadro 1 resume em tópicos a discussão realizada a seguir.

2.1.1 Desigualdade de renda

O prêmio salarial por qualificação é um canal através do qual o comércio internacional pode afetar a desigualdade de renda, sendo entendido enquanto a diferenciação nos salários devido ao nível de qualificação, habilidades ou educação de um trabalhador. Sua variação pode ocorrer a partir de: 1- um aumento nos retornos de determinadas ocupações associadas a um nível de escolaridade maior; 2- um deslocamento da produção de bens intermediários intensivos em qualificação dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento; 3- uma mudança tecnológica com viés para maior qualificação; e 4- uma alteração da composição nos produtos produzidos dentro das indústrias em prol dos intensivos em trabalho qualificado (GOLDBERG; PAVCNIK, 2004).

Seu comportamento é positivamente relacionado com os indicadores de desigualdade. Ou seja, uma redução no prêmio salarial por qualificação diminui a desigualdade de renda. Isso ocorre porque o prêmio salarial afeta diretamente o *gap* entre dois ou vários salários, agravando a desigualdade de renda. Esse resultado é convergente com os modelos teóricos de comércio internacional, em especial com o modelo H-O⁴. A Figura 1 ilustra essa dinâmica.

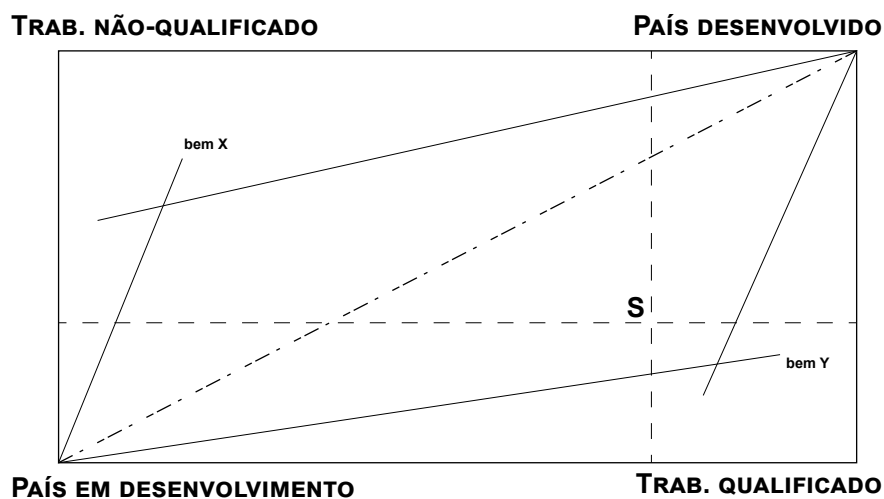


FIGURA 1 – Resultado do comércio internacional no modelo H-O

Fonte: elaboração própria (2024)

O prêmio salarial por setor⁵ é um outro possível canal de transmissão, entendido enquanto a variação salarial que pode existir entre trabalhadores empregados em setores diferentes

⁴ Considerando dois países, desenvolvido e em desenvolvimento, cujo primeiro país é abundante em trabalho qualificado e o segundo, em não-qualificado, o teorema SS garante que haveria uma redução salarial dos trabalhadores qualificados, aumentando o dos não-qualificados quando ambos se engajam em comércio.

⁵ Geralmente o prêmio salarial por setor se refere a parte do salário não explicada pelas características observáveis dos trabalhadores.

da atividade econômica. Essa diferenciação ocorre através do corte de tarifas - no curto e médio-prazo no qual não há livre mobilidade do fator trabalho entre setores - e através de mudanças na produtividade setorial.

Tal qual o anterior, seu comportamento é positivamente relacionado com a desigualdade. A redução no prêmio por setor reduz a desigualdade de renda; mas é necessário cumprir um condicionante: o corte tarifário precisa ocorrer no setor intensivo em trabalho qualificado e com menor prêmio salarial (GOLDBERG; PAVCNIK, 2004). Caso contrário, a redução no prêmio provoca o aumento da desigualdade de renda. Esse comportamento é convergente com o modelo H-O, uma vez que o produto com maior corte tarifário é o produto importado, cujo preço relativo será reduzido, como garante o teorema SS.

A informalidade também é um canal de transmissão capaz de influir sobre os indicadores de desigualdade de renda. Seu comportamento também é positivamente relacionado: a abertura comercial pode aumentar a informalidade, causando o aumento da desigualdade de renda. O argumento seria que a competição estrangeira geraria incentivos para as firmas domésticas a cortarem custos, optando por trabalhadores informais (GOLDBERG; PAVCNIK, 2004) dado que não há a necessidade de cumprir leis ou regulações trabalhistas, além da média salarial ser substancialmente menor (BARGAIN; KWENDA, 2014).

O mercado de crédito pode ser influenciado pelo comércio internacional, sendo, também, um canal de transmissão sobre os indicadores de desigualdade. Sua eficiência é negativamente relacionada com os indicadores de desigualdade. Banerjee e Newman (2004) desenvolvem um modelo dinâmico de comércio internacional com fatores específicos que incorpora imperfeição na mobilidade do capital e trabalho⁶. Frente a abertura comercial, observa-se, no modelo, o aumento da taxa de juros nos países com mercado de crédito mais robusto e consequente aumento da produtividade média, ao passo que os países com mercado de crédito pouco eficiente sofrem uma redução em sua taxa de juros, fazendo com que o capital permaneça nos setores menos produtivos - uma vez que aumenta a probabilidade de inadimplência. O efeito sobre a distribuição de renda é um *trade-off* para os países em desenvolvimento: maior crescimento econômico no longo prazo às custas de alta volatilidade no curto-prazo.

O último canal de transmissão é o que a literatura econômica chama de bens não-negociáveis. Entende-se por isso todos os bens cuja características dificultam ou impedem de serem exportados ou importados. De acordo com Xu (2003)⁷, os efeitos da abertura comercial sobre a desigualdade de renda nos países em desenvolvimento são em forma de U. Para níveis de proteção comercial inicialmente elevados, a abertura reduz a desigualdade, enquanto para níveis de proteção mais baixos, a abertura aumenta a desigualdade.

⁶ No modelo, só há a transição de trabalho para capital se o indivíduo tiver uma quantidade mínima de capital humano.

⁷ Utiliza-se um modelo H-O com dois países (norte e sul), dois fatores (trabalho qualificado e não-qualificado) e quatro bens (1, 2, 3 e 4 numa escala crescente de complexidade).

Isso ocorre por causa da gama de bens não-negociáveis: a proteção comercial transforma alguns bens negociáveis em não-negociáveis. Se esses bens são intensivos em trabalho qualificado, uma progressiva abertura comercial, via redução tarifária, aumenta os incentivos para importar. A consequência disso é a redução do salário do trabalho qualificado no país, reduzindo o *gap* salarial - como visto no Teorema SS. Entretanto, a redução tarifária também provoca a piora dos termos de troca, o que torna por incentivar as exportações do país - o que elevaria o salário do trabalho qualificado, aumentando a desigualdade. Uma elevada abertura comercial faria com que o "efeito exportação" superasse o "efeito importação", criando, por conseguinte, a forma de U para os países em desenvolvimento.

2.1.2 Pobreza

Como discutido anteriormente, uma aberta comercial afeta tanto os preços relativos de uma economia quanto pode transformar bens não-negociáveis em negociáveis. Essas alterações podem ser elencadas como um canal de transmissão do comércio internacional sobre os indicadores de pobreza. Os indivíduos mais pobres podem ser beneficiados por uma abertura comercial, a partir da redução do preço dos bens importados, como alimentos básicos e farmacêuticos, gerando o aumento da renda real (BANNISTER; THUGGE, 2001). Como geralmente os indivíduos mais pobres são produtores líquidos de bens voltados para a exportação (como na Agricultura, por exemplo), o aumento da demanda por exportações pode elevar o preço dos produtos e, por conseguinte, estimular o aumento da produção, emprego e renda do setor (BANNISTER; THUGGE, 2001).

A alteração no preço relativo dos fatores de produção também é um canal de transmissão sobre os indicadores de pobreza, uma vez que afeta diretamente a remuneração do trabalho qualificado e não-qualificado. Como já visto no modelo H-O, o comércio internacional pode beneficiar os mais pobres caso a abertura se reverta numa elevação da produtividade marginal do trabalho não-qualificado - como demonstrado na Figura 1 (BANNISTER; THUGGE, 2001).

O comércio internacional também pode afetar as receitas e capacidade de gastos do governo, uma vez que políticas de liberalização comercial geralmente reduzem as receitas tarifárias. O canal de transmissão sobre a pobreza se baseia no argumento que essa redução na receita tarifária teria que ser compensada pelo governo através de cortes em programas sociais ou criação de novos impostos, afetando desproporcionalmente os mais pobres (BANNISTER; THUGGE, 2001). Entretanto, o resultado é ambíguo, dependendo do cenário: por exemplo, se as tarifas forem inicialmente altas, o corte tarifário elevará o fluxo comercial de tal maneira a compensar as perdas tributárias, além de diminuir os incentivos ao contrabando e corrupção (BANNISTER; THUGGE, 2001).

A literatura econômica associa reformas comerciais a maiores fluxos de investimento externo com *spillovers* sobre tecnologias, novas práticas de negócios e outros efeitos sobre as

empresas nacionais que aumentam o nível geral de produtividade⁸ (BANNISTER; THUGGE, 2001). Entretanto, é possível que esse tipo de aumento de produtividade engendre um crescimento econômico que beneficie desproporcionalmente os mais ricos, o que agravaria os indicadores de pobreza.

Por fim, aberturas comerciais podem facilitar a diversificação da pauta exportadora de um país, tornando-o menos dependente de um único mercado ou bem; como pode, também, tornar a economia mais vulnerável a choques externos. O canal de transmissão com indicadores de pobreza, nesse caso, se dá quando esse choque recai sobre setores intensivos em trabalho não-qualificado, como Agricultura ou qualquer setor muito caracterizado por trabalho informal, afetando desproporcionalmente os mais pobres (BANNISTER; THUGGE, 2001). Desse modo, a abertura comercial gera efeitos ambíguos: há evidências de elevação do crescimento econômico, entretanto, com altos níveis de volatilidade macroeconômica - o que, mais uma vez, afeta desproporcionalmente os mais pobres.

QUADRO 1 – Canais de transmissão entre comércio internacional e a desigualdade de renda e pobreza

desigualdade de renda	pobreza
<ul style="list-style-type: none"> • prêmio salarial por qualificação • prêmio salarial por setor • emprego informal • imperfeições do mercado de crédito • quantidade de bens não-negociáveis 	alteração no: <ul style="list-style-type: none"> • preço e acesso dos produtos negociáveis • preço relativo dos fatores de produção • receitas e capacidade de gastos do governo • incentivos de investimentos e inovação • vulnerabilidade à choques externos

Fonte: Bannister e Thugge (2001), Xu (2003), Goldberg e Pavcnik (2004) e Banerjee e Newman (2004).

2.2 AS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Conforme discutido no capítulo 1, apesar da teoria econômica convergir para a noção que o comércio internacional é um fator capaz de reduzir a desigualdade de renda e pobreza, as evidências empíricas apontam para distintos cenários. Uma possível justificativa seja a ausência de uma resposta única para a questão. Os efeitos do comércio internacional sobre a desigualdade de renda e pobreza podem ser dependentes da estrutura produtiva do país, bem como da composição de sua pauta exportadora e da distribuição funcional da renda. Esses fatores, em conjunto, produzem efeitos heterogêneos quando são expostos a políticas comerciais liberalizantes.

Winters (2002) elenca cinco razões para o *mismatch* entre a teoria e as evidências empíricas: 1- distribuição funcional da renda; 2- dimensionalidade dos modelos; 3- pressuposto de mobilidade dos fatores; 4- equilíbrio diverso; e 5- comportamento do preço dos bens não negociáveis para *market-clearing*.

⁸ Reformas comerciais também resultam na melhoria da formação de capital humano, que gera um significativo efeito sobre inovação (BANNISTER; THUGGE, 2001).

Optou-se por conduzir a discussão tendo a metodologia como fio condutor; desse modo, torna-se mais evidente as contribuições e limitações de cada método ao abordar a temática em questão, bem como seus pontos de concordância e discordância.

2.2.1 Equilíbrio parcial

Um dos mais tradicionais canais de transmissão, no equilíbrio parcial, é o mercado de trabalho. Nesse caminho, [Borjas e Ramey \(1994\)](#) buscam verificar se a tendência de exposição dos setores altamente concentrados ao comércio internacional durante 1963 a 1988 nos Estados Unidos podem ser responsáveis por grande parte das tendências na desigualdade salarial. A partir do modelo de séries temporais, controlando pela experiência e escolaridade dos indivíduos, os autores encontram que essa exposição tornou por aumentar a desigualdade de renda.

Já [Forbes \(2001\)](#) estima o efeito da elevação do fluxo comercial sobre a remuneração do trabalho qualificado e não-qualificado e sobre a desigualdade salarial utilizando os dados de 36 países de 1980 até 1995. A partir de um modelo de efeitos fixos, no qual mede a desigualdade salarial pela razão entre a remuneração dos trabalhadores qualificados e não-qualificados, as evidências sugerem que o comércio internacional aprofundou o *gap* salarial, reduzindo o salário dos trabalhadores sem qualificação.

Seguindo a mesma linha, [Galiani e Sanguinetti \(2003\)](#) analisam se a liberalização comercial teve algum impacto identificável na distribuição de salários no setor manufatureiro na Argentina durante os anos noventa. Especificamente, os autores testam se os setores que experimentaram um aumento da penetração das importações foram também aqueles no qual se observou uma elevação da desigualdade salarial. Utilizando um modelo de efeitos fixos, controlando pelas características dos indivíduos e do setor, a partir dos microdados nacionais, os resultados apontam que há evidências que a liberalização contribuiu para aprofundar a desigualdade de renda via aumento do prêmio salarial por qualificação. Entretanto, a liberalização explica apenas uma proporção relativamente pequena do aumento observado.

O aumento da desigualdade observado na Argentina também foi tema para [Galiani e Porto \(2011\)](#) que apresentam um modelo teórico com salários rígidos abaixo do nível competitivo - por conta da presença de sindicatos e abundância dos fatores produtivos. Utilizando microdados nacionais e um modelo de efeitos fixos para estimar o log salarial dos indivíduos, as evidências apontam que a abertura comercial reduz os salários e tarifas industriais reduzem o prêmio por qualificação na indústria, havendo, por conseguinte, uma redução da desigualdade comprimindo a média salarial. Entretanto, o resultado apenas converge por considerar a distorção dos preços causada pela presença dos sindicatos.

Considerando experiências históricas de abertura comercial, [Castilho, Menéndez e Sztulman \(2012\)](#) estudam o efeito da globalização⁹ sobre a desigualdade de renda e pobreza a nível

⁹ Definido pelas autoras como "um termo abrangente [...] para incluir a liberalização do comércio e a integração nos mercados mundiais" ([CASTILHO; MENÉNDEZ; SZTULMAN, 2012](#)).

estadual. Utilizando um modelo de efeitos fixos e os dados da PNAD para os anos de 1987 a 2005, as autoras calculam a exposição ao comércio internacional a partir dos indicadores de fluxo comercial (penetração das importações defasada e exposição às exportações defasada) e seu efeito sobre os índices de Gini, Theil e FGT. As evidências apontam que a abertura comercial brasileira contribuiu com a elevação da pobreza e desigualdade de renda nas áreas urbanas, havendo também uma possibilidade de relação com uma redução observada na desigualdade e pobreza nas áreas rurais.

Bayar e Sezgin (2017) se propuseram a mensurar o grau e direção da interação entre globalização, pobreza e desigualdade de renda para onze países da América Latina, empregando *second generation panel unit root tests*, sendo sua contribuição a nível metodológico. Usando índice de Gini, FGT e corrente de comércio como porcentagem do PIB para representar, respectivamente, as medidas de desigualdade de renda, pobreza e abertura comercial, os autores afirmam que o comércio internacional, no longo-prazo, reduziu os indicadores de pobreza às custas do aumento da desigualdade de renda.

Partindo para analisar os estudos de caso, Borraz, Rossi e Ferres (2012) estudam os impactos da liberalização do comércio sobre desigualdade e pobreza, focando nos preços e salários como os canais de transmissão do comércio internacional. Utilizando o modelo baseado de Dixit e Norman (1980) estendido por Porto (2006), os autores encontraram que o Uruguai se beneficiou com a redução do nível de pobreza, apesar de haver praticamente nenhum efeito sobre a desigualdade de renda. Já o Paraguai sofreu com o aumento dos indicadores de pobreza, mesmo tendo havido uma melhoria na desigualdade de renda.

2.2.2 Equilíbrio geral

Considerando as experiências históricas de abertura comercial, Porto (2003) examina o impacto das reformas comerciais, tanto nacionais quanto estrangeiras¹⁰, ocorridas na Argentina sobre o nível de pobreza. Utilizando *framework* que incorpora a heterogeneidade familiar em um modelo de equilíbrio geral, o trabalho é desagregado em qualificado e não-qualificado e as famílias consomem bens negociáveis e não-negociáveis. Tal qual em Borraz, Rossi e Ferres (2012), há dois canais de transmissão: preços e salários. A evidência aponta que a combinação das reformas poderia causar uma redução do índice FGT entre 1,6 a 4,6 p.p., sendo majoritariamente influenciado pelos efeitos marginais da reforma doméstica.

Carneiro e Arbache (2006) avaliam o impacto de uma expansão da abertura comercial brasileira experimentada nos anos de 1990 sobre o emprego, pobreza e desigualdade utilizando um modelo de equilíbrio geral computável baseado em Robinson et al. (1999) para simular diferentes cenários de políticas¹¹, usando os resultados dessa abordagem para criar microsimu-

¹⁰ A reforma nacional seria o corte tarifário; a estrangeira seria a eliminação de subsídios e barreiras tarifárias e não-tarifárias

¹¹ São oito simulações, a saber: 1- ↑ 10% produtividade; 2- ↑ 10% preço das importações; 3 e 4- efeitos de uma mudança de 50% nas tarifas de importação; 5- ↑ 10% da taxa de subsídios às exportações; 6- avaliar os impactos

lações contrafactuais, baseadas em [Ganuza et al. \(2006\)](#), e avaliar os impactos de uma maior abertura comercial na distribuição de renda familiar e nas taxas de pobreza, sendo 1996 o ano-base. A principal conclusão, a partir das evidências, é que a liberalização comercial por si só não é suficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil de forma significativa.

Considerando os estudos de caso, [Ferreira Filho e Horridge \(2006\)](#), através de um modelo inter-regional estático de equilíbrio geral para o Brasil¹², tendo 2001 como o ano-base, integrado a um modelo de microssimulação - calibrado com os dados da PNAD 2001, analisa os efeitos potenciais da formação da ALCA sobre os níveis de pobreza e distribuição de renda brasileiros. A evidência aponta para o fato que mesmo mudanças tarifárias grandes como as aqui simuladas não trariam um forte impacto sobre a pobreza no Brasil, embora os resultados estejam concentrados nos domicílios mais pobres.

[Estrades \(2012\)](#), ao estimar os potenciais efeitos do acordo entre o Mercosul e a UE sobre a pobreza no Uruguai, analisa se a agenda externa do bloco é pró-pobre. Utilizando o modelo de equilíbrio geral, MIRAGE¹³, integrado a uma abordagem micro para analisar a pobreza, os resultados indicam que o acordo teria um impacto significativo nos fluxos comerciais entre os dois blocos. Os países-membros do Mercosul aumentariam as exportações agrícolas para a UE e as importações industriais da UE. O bem-estar¹⁴ aumenta em todos os países participantes do acordo, mas é mais pronunciado para os dois pequenos países do Mercosul: Paraguai e Uruguai. Neste, o bem-estar aumenta para diferentes classes de famílias, mas as mais ricas são as que mais se beneficiam. Apesar disso, a desigualdade diminui com o acordo e os índices de pobreza diminuem em todo o país.

[Campos e Timini \(2022\)](#) estudam o impacto da criação do Mercosul sobre o bem-estar dos países-membros: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Utilizando um modelo de equação gravitacional moderno de equilíbrio geral baseado em [Arkolakis, Costinot e Rodríguez-Clare \(2012\)](#), os autores afirmam que o país-membro mais beneficiado pelo bloco regional foi Argentina, ao passo em que o Brasil foi o menos beneficiado. Entretanto, após testes de cenários contrafactuais, os autores declaram que uma eventual saída do bloco seria prejudicial ao país por conta dos custos políticos e aumento de incerteza.

[FALTANDO INSERIR MAIS TRABALHOS SOBRE BRASIL]

da ALCA; 7- avaliar os impactos da OMC; e 8- ↓ 10% câmbio.

¹² O referido modelo foi calibrado com os dados da SCN de 1996, contendo 42 setores, 52 produtos e todas as 27 Unidades Federativas. Os trabalhadores foram desagregados em dez níveis de acordo com a renda

¹³ *Modelling International Relationships in Applied General Equilibrium* é um modelo de equilíbrio geral computável multissetorial e multirregional dedicado à análise de políticas comerciais, calibrado a partir dos dados do GTAP para o ano de 2004, contendo um total de 19 países, contemplando os quatro membros do Mercosul e os 27 países da UE (agregados), além de 30 setores produtivos.

¹⁴ Obtido no modelo a partir da desagregação do agente representativo em público e privado para todos os países do modelo, subdividindo o agente privado representativo de países específicos em um número diversificado de domicílios.

3 METODOLOGIA E DADOS

Este capítulo descreve os modelos de Equilíbrio Geral Computável e microsimulação comportamental utilizados para estimar os efeitos do comércio internacional sobre a distribuição da renda familiar e os níveis de pobreza no Brasil. Também se apresenta a base de dados usada para a calibragem dos referidos modelos e a implementação da estratégia empírica para simular os efeitos de um choque de liberalização comercial.

3.1 O MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL

Utiliza-se o modelo nacional estático de Equilíbrio Geral Computável para o Brasil, o ORANIG-BR, adaptado para cumprir os objetivos propostos nesta dissertação. Esse modelo partiu da estrutura teórica do ORANI (DIXIT; NORMAN, 1980), de tradição australiana do tipo Johansen¹.

Sua especificação teórica é composta por blocos de equações que determinam as relações de oferta a partir das hipóteses de otimização e *market clearing*. O modelo incorpora os pressupostos neoclássicos das firmas minimizadoras de custos, famílias maximizadoras de utilidade e equilíbrio dos mercados - esta sendo garantida desde que a oferta e demanda se igualem para o mercado de produtos e serviços domésticos, importados, margens e para o mercado de trabalho.

O uso do modelo de EGC para estudos de análise política, sobretudo sobre impactos e efeitos de algum determinado fenômeno econômico, político ou histórico se tornou cada vez mais frequente na literatura econômica. Há diversos benefícios em trabalhar com esse modelo: é possível operar com altos níveis de desagregação setorial e regional; considerar as relações de interdependência entre os setores e os agentes econômicos; e capturar o efeito-renda e efeito-preço, que estão diretamente relacionados com os canais de transmissão entre comércio internacional e desigualdade de renda e pobreza (ANDERSON, 2020).

Para esta dissertação, foram realizadas duas principais modificações no modelo ORANIG-BR: 1- o fator trabalho foi dividido em três categorias que refletem os diferentes tipos de força de trabalho a partir do nível de escolaridade; e 2- as famílias são divididas em cem categorias de acordo com a renda. Essa desagregação captura os diferentes impactos que as reformas econômicas têm no mercado de trabalho e na distribuição de renda, assim como as diferentes fontes de renda, respectivamente (CARNEIRO; ARBACHE, 2006).

¹ Caracteriza-se por ter um escopo matemático concebido a partir de um conjunto de equações linearizadas e as soluções são apresentadas como elasticidades, representando as taxas de crescimento, sendo possível diversos tipos de fechamento.

3.1.1 Produção

Os setores produtivos seguem os pressupostos neoclássicos de minimização dos custos numa estrutura de mercado de concorrência perfeita, sujeitos a tecnologias de retornos constantes de escala - representadas por funções CES e Leontief. A Figura 2 apresenta a estrutura de produção do modelo. Há cerca de três produtos: 1- bens intermediários; 2- fatores primários; e 3- outros fatores². Para se produzir o primeiro, deve-se combinar uma determinada composição das *commodities* disponíveis, decidindo sua origem - se doméstico ou importado. Para produzir o segundo, deve-se combinar quantidades relativas de capital e trabalho, sendo que este é determinado a partir de uma combinação dos três tipos disponíveis de trabalhadores.

Desse modo, para poder produzir nesse modelo, deve-se combinar os bens intermediários, os fatores primários e os outros fatores a partir da minimização dos custos da função Leontief³.

$$\text{Leontief} \left\{ \frac{X_{ij}}{A_{ij}} \right\}_{i=1, \dots, 124} = A_j Z_j, \quad j = 1, \dots, 65 \quad (3.1)$$

No qual X_{ij} corresponde ao insumo i da indústria j ; Z_j é o nível de atividade da indústria j ; e A_{ij} é o coeficiente tecnológico. Se este é igual a 1, significa que é o coeficiente insumo-produto que mostra o insumo mínimo efetivo de i necessário para sustentar uma unidade de atividade na indústria j (DIXIT; NORMAN, 1980).

A decisão entre a fonte doméstica ou importada é modelada a partir da hipótese de [Armington \(1969\)](#) a qual relaciona os insumos de ambas as fontes como substitutos imperfeitos. Desse modo, para capturar esse efeito, assume-se as unidades de um determinado insumo, diferenciáveis apenas pela fonte, são combinadas para fornecer um só insumo, chamado de *insumo efetivo*:

$$X_{ij} = CES_{s=1,2} = \left\{ \frac{X_{(is)j}}{A_{(is)j}}; \rho_{ij}, b_{(is)j} \right\}, \quad i = 1, \dots, 124 \quad (3.2)$$

$$j = 1, \dots, 65$$

No qual $X_{(is)j}$ se refere ao insumo i da fonte s pertencente ao setor j ; ρ e b são parâmetros de substituição entre as variáveis doméstica e importada.

² "Outros fatores" são as taxas e subsídios do modelo.

³ Isso implica que esses três fatores são complementares perfeitos, não admitindo substituição

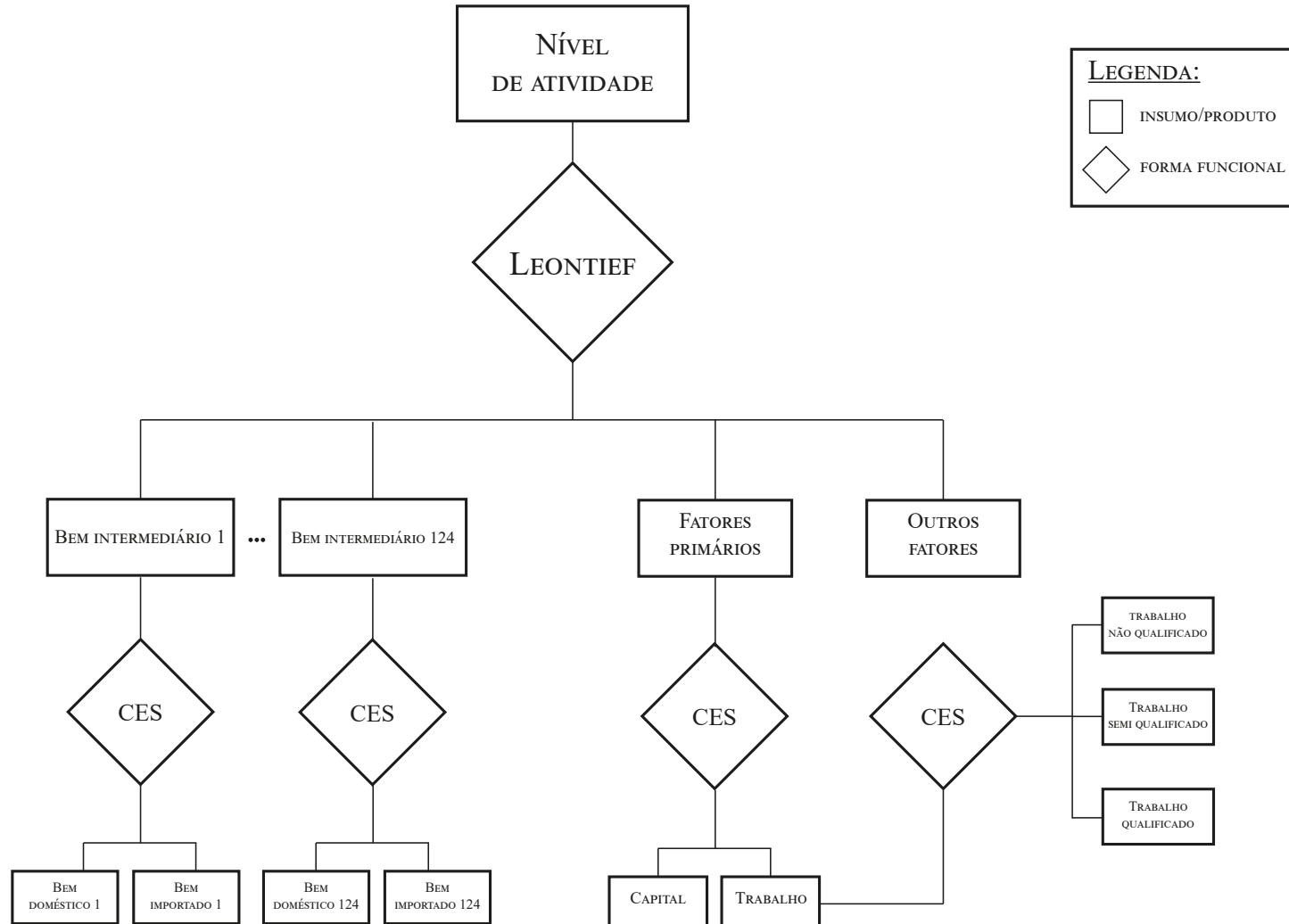


FIGURA 2 – Estrutura de produção do modelo ORANIG-BR
Fonte: elaboração própria (2023)

3.1.1.1 Composição do fator trabalho

Como dito anteriormente, o fator trabalho foi subdividido em três grupos: não qualificado, semi-qualificado e qualificado. Esta divisão segue a intuição de que os produtores buscam um determinado conjunto de habilidades no mercado de trabalho que melhor se adeque a demanda do setor produtivo.

Essa habilidade é representada por anos de educação. O Quadro 2 apresenta a categorização escolhida para desagregar o fator trabalho.

QUADRO 2 – Categorização do fator trabalho

variável	descrição
não qualificado	até Ensino Fundamental completo (até quatro anos de estudo)
semi-qualificado	até Ensino Médio completo (cinco a doze anos de estudo)
qualificado	Ensino Superior (treze anos ou mais de estudo)

Fonte: elaboração própria (2023).

3.1.2 Demanda das famílias

A demanda é composta por cem famílias representativas, distribuídas por percentis da renda total. Cada família determina uma composição ótima de sua cesta de consumo, escolhendo os insumos de tal maneira a maximizar uma função de utilidade Klein-Rubin sujeita a restrição do orçamento familiar (HORRIDGE, 2003). A Figura 3 apresenta a estrutura da demanda das famílias no modelo ORANIG-BR.

A função Klein-Rubin é não-homotética; ou seja, o aumento da renda altera as participações orçamentárias, mesmo com taxas de preço fixas. O consumo é dividido entre dois bens, "subsistência" e "luxo", de tal maneira que o primeiro detém um consumo fixo e o segundo, residual. Diferentemente da função Leontief, a composição das *commodities* é dado por um LES (HORRIDGE, 2003).

Nesse sistema, participação do gasto acima do nível de subsistência, para cada bem, representa uma proporção constante do gasto total de subsistência de cada família representativa. A função de utilidade é dada por:

$$U(\bar{X}_1, \dots, \bar{X}_{124})$$

Sujeito a:

$$\bar{X}_i = CES_{s=1,2}(\bar{X}_{(is)}), \quad i = 1, \dots, 124 \quad (3.3)$$

$$\sum_{s=1}^2 \sum_{i=1}^{124} \bar{P}_{(is)} \bar{X}_{(is)} = C \quad (3.4)$$

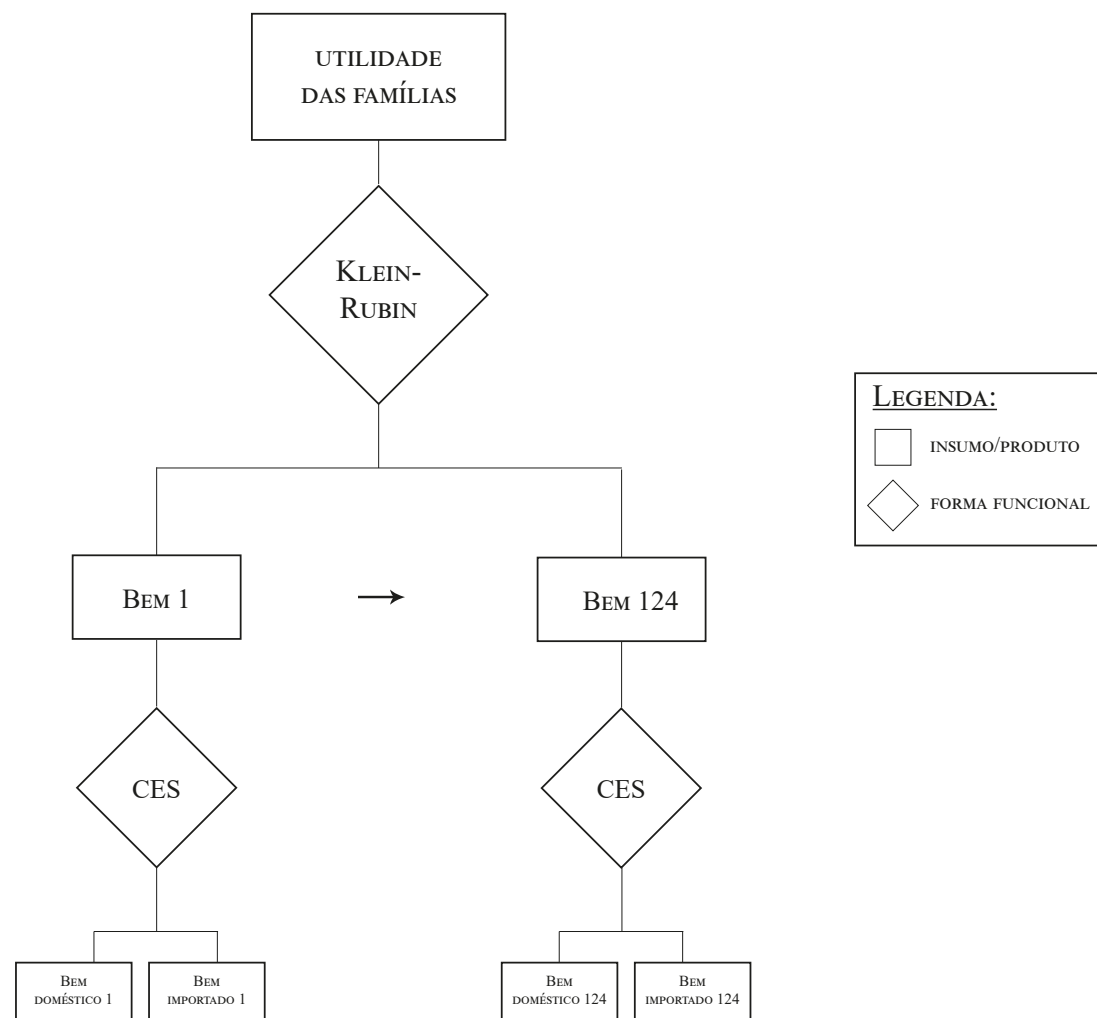


FIGURA 3 – Estrutura da demanda das famílias do modelo ORANIG-BR
Fonte: elaboração própria (2023)

3.1.3 Fechamento do modelo

Utiliza-se a versão estática do modelo ORANIG-BR porque as vantagens da dinâmica recursiva não seriam aproveitadas neste exercício empírico. O efeito da estrutura produtiva e da distribuição funcional da renda composição que se espera observar pode ser integralmente captado em um modelo estático.

A Figura 4 apresenta o fechamento de curto-prazo adotado no modelo, seguindo as especificações de [Horridge \(2003\)](#). Ou seja, tornou-se exógeno: 1- as variáveis do PIB real - exceto a balança comercial; os fatores produtivos; e 3- as taxas de impostos e distribuição dos investimentos entre as indústrias.

Esse fechamento emula o seguinte comportamento econômico. No curto-prazo, o estoque de capital, a tecnologia e o salário real são exógenos. Isso permite ao modelo determinar o emprego real e, conseqüentemente, o PIB real. Pelo fato do PIB ser determinado pelo lado da oferta, tendo sua absorção doméstica praticamente formada, a balança comercial, no curto-prazo, ganha a função de ser uma variável de ajuste para a identidade do PIB. Ou seja, o movimento do PIB é determinado pelo movimento da balança comercial.

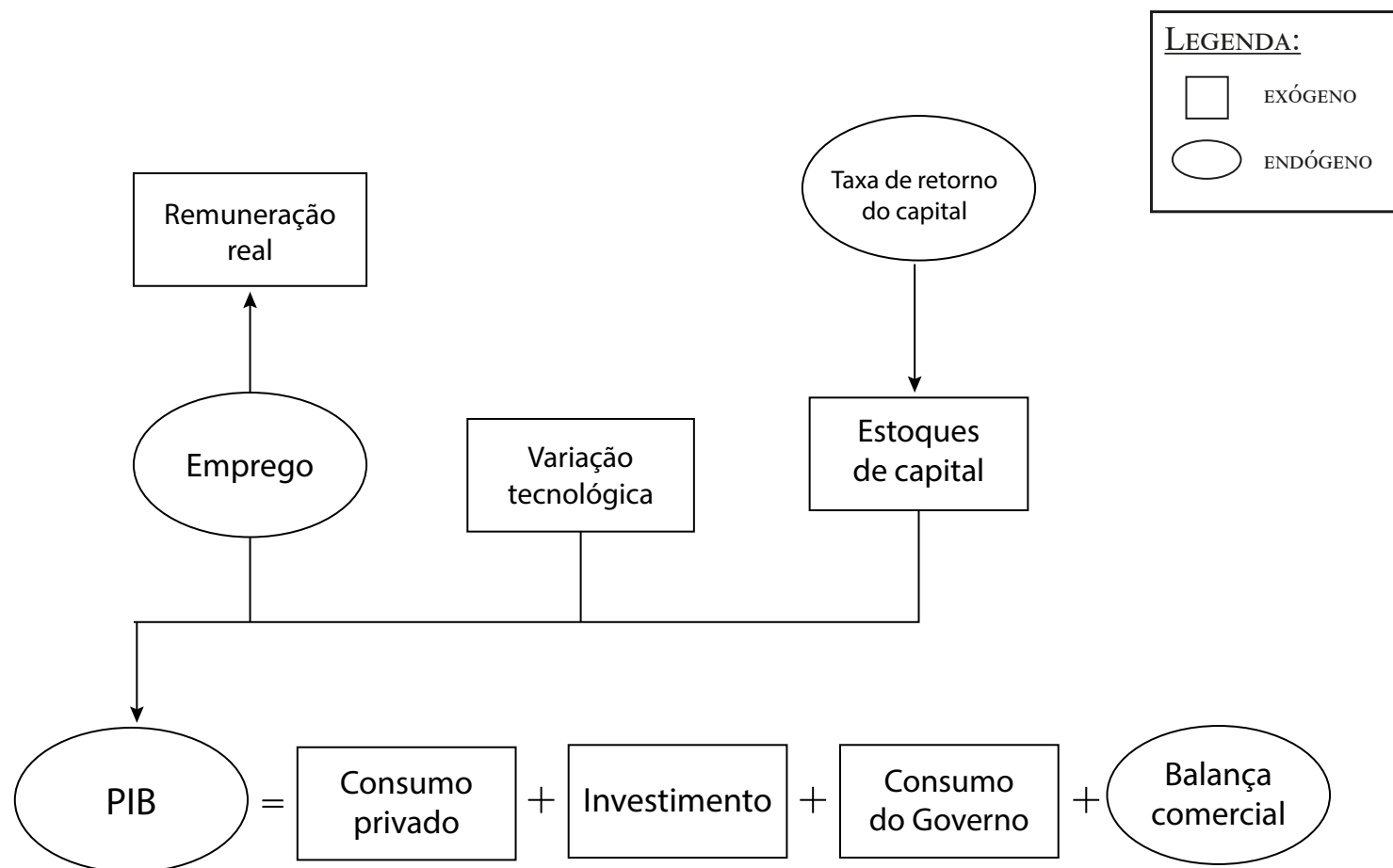


FIGURA 4 – Fechamento de curto-prazo do modelo ORANIG-BR
Fonte: elaboração própria (2023)

3.2 BASE DE DADOS E CALIBRAGEM

A base de dados do modelo foi calibrada a partir da matriz de insumo-produto do sistema de contas nacionais disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015b), contendo 128 produtos e 68 setores econômicos para o ano de 2015. Para esta dissertação, os setores foram agregados em 65 atividades econômicas que produzem 124 produtos. O modelo conta com 114 componentes da demanda final (cem famílias, governo, investimento, exportações e estoque), dois fatores primários (capital e trabalho agregado), três tipos de trabalho (não qualificado, semi-qualificado e qualificado), dois setores de margens (comércio e transporte), e importações por produto para cada um dos 124 produtos.

Foram utilizados os dados da PNAD 2015 (IBGE, 2015a) para desagregar o fator trabalho por anos de educação e os dados da POF 2009 (IBGE, 2009) para detalhar as famílias em cem classes, divididas por percentis da renda total da família. A escolha por essas edições das bases foi motivada pelo fato do modelo ter sido calibrado com esses dados.

3.3 MODELO DE MICROSSIMULAÇÃO COMPORTAMENTAL

Como discutido anteriormente, os modelos de equilíbrio geral são utilizados para capturar os efeitos setoriais de variações nos preços relativos e emprego, permitindo focar nos grupos beneficiados e prejudicados a partir de choques exógenos que simulem políticas comerciais, econômicas ou até eventos históricos. Entretanto, não são uma ferramenta adequada para realizar análises distributivas dada a falta de resultados a nível individual (TIBERTI; CICOWIEZ; COCKBURN, 2017).

Essa limitação está diretamente associada ao pressuposto da Família Representativa⁴ dos modelos de equilíbrio geral. Isso implica que o modelo deve assumir uma distribuição relativa de renda intra-grupo constante para todos - o que não é refletido na realidade. A evidência empírica mostra que componente intra-grupo das mudanças observadas na distribuição de renda é, pelo menos, tão importante quanto o componente entre grupos dessas mudanças (COLOMBO, 2008).

Por essa razão, os modelos de equilíbrio geral, ao não conseguirem captar esses efeitos a nível microeconômico, podem gerar resultados errôneos - sobretudo se tratando de estudos sobre pobreza. Ao não conseguir capturar a heterogeneidade de uma família, o pressuposto da Família Representativa pode acabar por subestimar o efeito dos choques exógenos (COLOMBO, 2008).

Uma alternativa é utilizar os modelos de microsimulação integrados ao modelo de equilíbrio geral. Essa combinação é particularmente útil para estudos sobre desigualdade e pobreza em países em desenvolvimento, uma vez que que tanto o foco micro quanto macroeconômico

⁴ Nos modelos EGC, o agrupamento familiar é um agregado familiar e não um agregado familiar médio (TIBERTI; CICOWIEZ; COCKBURN, 2017).

é requerido: o primeiro para ter um cenário detalhado das rendas e despesas a nível individual, além das reações dos indivíduos frente a choques e outras políticas econômicas; o segundo para poder simular os efeitos diretos e indiretos desses choques sobre toda a estrutura econômica (TIBERTI; CICOWIEZ; COCKBURN, 2017; KLEVMARKEN, 2022).

O modelo de microssimulação pode ser entendido enquanto uma grande variedade de técnicas de modelagem por meio das quais o comportamento ou estado dos indivíduos são estimados ou determinados (FIGARI; PAULUS; SUTHERLAND, 2015). Na literatura econômica, essa integração macro-micro é amplamente utilizada para avaliar os impactos distributivos de choques e políticas macroeconômicos, particularmente na área de liberalização comercial (CARNEIRO; ARBACHE, 2006; FERREIRA FILHO; HORRIDGE, 2006; RAIHAN, 2010; CICOWIEZ et al., 2016; MBANDA; NCUBE, 2021).

Desse modo, para estimar os efeitos do comércio internacional sobre a desigualdade de renda e pobreza ao nível microeconômico, deve-se usar os parâmetros obtidos do modelo de equilíbrio geral em uma nova rodada de microssimulações para investigar os prováveis impactos de choques de demanda de exportação, desvalorização cambial, promoção de exportações, choques de produtividade e liberalização comercial sobre o grau de desigualdade de renda no domicílio e nos níveis de pobreza.

A Figura 5 apresenta a estrutura da abordagem do modelo integrado.

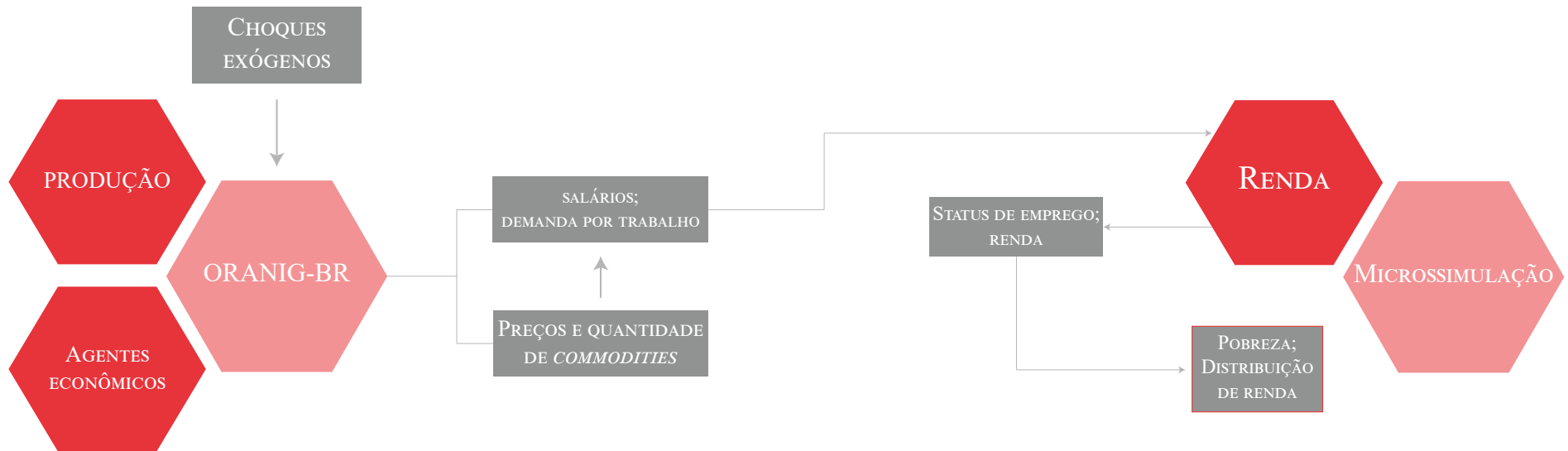


FIGURA 5 – Fechamento de curto-prazo do modelo ORANIG-BR
Fonte: elaboração própria (2023)

3.3.1 Forma funcional

Baseado na abordagem de [Ganuza et al. \(2006\)](#), utiliza-se dois tipos de microsimulação. O primeiro envolve estimar um modelo de equilíbrio parcial de geração de renda familiar por meio de um sistema de equações que determinam a escolha ocupacional, o retorno do trabalho e do capital humano, os preços ao consumidor e outros componentes da renda familiar e individual. A renda total per capita é definida como:

$$ypc_{hi} = \frac{1}{n_h} \left[\sum_{i=1}^{n_h} yp_{hi} + yq_h \right] \quad (3.5)$$

No qual:

$$\begin{cases} n_h = \text{tamanho da família } h; \\ yp_{hi} = \text{renda do trabalho do indivíduo } i \text{ da família } h \\ yq_h = \text{soma de todas os rendimentos familiares não advindos do trabalho} \end{cases}$$

E o yq_h é definido como:

$$yq_h = \sum_{i=1}^{n_h} yqp_{hi} + yqt_h \quad (3.6)$$

No qual:

$$\begin{cases} yqp_{hi} = \text{rendimento individual não laboral do membro } i \text{ da família } h \\ yqt_h = \text{outras rendas familiares} \end{cases}$$

A segunda equação é baseada no modelo de [Ganuza, Barros e Vos \(2002\)](#), conhecida na literatura como *occupational choice model*, estimando a probabilidade do indivíduo permanecer ou ingressar no mercado de trabalho após um determinado choque exógeno.

$$\pi = \pi(P, U, S, O, W_1, W_2, M) \quad (3.7)$$

No qual a estrutura do mercado de trabalho é definido em termos de taxas de participação econômica (P_j) e desemprego (U_j) entre diferentes grupos j da população em idade ativa definida de acordo com sexo e qualificação, a estrutura de emprego (definido por setor de atividade S e categoria profissional O) e remuneração W_1 , bem como nível global de remuneração W_2 . A composição de habilidades da população é representada pela variável M ([GANUZA et al., 2006](#)).

3.3.2 Abordagem empírica

A estimação da equação 3.5 é realizada através do modelo de duas etapas de Heckman (HECKMAN, 1979) para corrigir o viés de seleção implícito numa regressão de salários⁵. Já a estimação da equação 3.7 é feita a partir do estimador de máxima verossimilhança, baseado em Colombo (2008).

⁵ Só tem salário maior que zero aqueles que estão empregados durante o momento da pesquisa.

4 SIMULAÇÃO E RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da simulação realizada no modelo ORANIG-BR e da microssimulação comportamental para avaliar os efeitos do comércio internacional sobre a desigualdade de renda e pobreza no Brasil. O referido capítulo está dividido em três seções. A primeira descreve a simulação realizada no modelo de equilíbrio geral. A segunda apresenta os resultados do modelo, analisando tanto os efeitos macroeconômicos quanto setoriais, sobre os agentes econômicos, buscando compreender quais foram os grupos beneficiados e prejudicados pela simulação - e a magnitude desse efeito. A terceira e última seção apresenta os resultados do modelo de microssimulação comportamental.

4.1 SIMULAÇÃO

Propõe-se simular uma política de abertura comercial para avaliar seus efeitos de curto-prazo sobre os indicadores macroeconômicos e setoriais. Essa simulação possibilita mensurar o comportamento das variáveis econômicas frente a uma maior exposição ao comércio internacional, avaliando quais seriam os efeitos de uma política comercial liberalizante.

Desse modo, impõe-se uma redução tarifária no valor de 10% sobre todas as *commodities* existentes no modelo. Pela ausência de dados e estimativas mais adequados para esse parâmetro, optou-se por realizar uma análise de sensibilidade¹ – essencial para situações como esta. Esse tipo de análise é bastante utilizado na literatura econômica, sobretudo em artigos que buscam mensurar impactos de políticas públicas e acordos comerciais (DOMINGUES; HADDAD, 2005; DOMINGUES; HADDAD; HEWINGS, 2008; PEROBELLI et al., 2017).

Para fins de facilitar a interpretação dos resultados, optou-se por agregar os setores em seis grandes categorias: 1- Agropecuária; 2- Extrativa; 3- Agroindústria; 4- Indústria; 5- Comércio; e 6- Serviços. A descrição completa dessas categorias, bem como os valores utilizados para realizar o choque da simulação, estão disponíveis no Apêndice A deste trabalho.

4.2 RESULTADOS DO MODELO ORANIG-BR

A Tabela 1 apresenta os resultados macroeconômicos do modelo. Percebe-se que a redução tarifária afetou negativamente todos os indicadores de preços, com destaque para o índice preço do consumidor (-0,1156%), do investimento (-0,1999) e das importações – que registrou a maior queda: -0,4623%. A queda conjunta dos preços das exportações e importações incentivaram o aumento da corrente de comércio, sendo liderado pela variação positiva do volume importado (0,1909%). Esse aumento, largamente composto por insumos voltados à atividade

¹ Entende-se por análise de sensibilidade qualquer técnica utilizada para avaliar como variações nas variáveis-chave afetam determinados resultados ou indicadores em um modelo econômico.

industrial, como apresentado na Tabela 4, tornou por baratear os custos da produção nacional, resultando em um aumento do emprego real (0,0358%) e do PIB real (0,0256%) – ainda que em valores diminutos. A expansão do volume importado também favoreceu as famílias, que experimentaram um aumento do consumo real no valor de 0,0555%.

O deflator do PIB, entendido enquanto um índice de preços implícito que mede a evolução média de preços numa economia, reduziu em 0,1416%. Esse resultado, em conjunto com o aumento do PIB e emprego real, permite afirmar que a redução tarifária trouxe efeitos positivos sobre os indicadores macroeconômicos, uma vez que se experimentou aumento da atividade econômica e redução dos preços da economia em geral. Entretanto, a variação negativa dos termos de troca (-0,0973), ainda que tímida, aponta que esse cenário não é sustentável no longo-prazo, já que as exportações estão perdendo sua capacidade de financiar as importações.

TABELA 1 – Efeitos macroeconômicos de curto-prazo da redução tarifária

Indicadores	Var. (%)
Preços	
Índice de preços do consumidor	-0,1156
Índice de preços do investimento	-0,1999
Índice de preços do governo	-0,1103
Índice de preços das exportações	-0,0973
Índice de preços das importações	-0,4623
Índice de preços do PIB	-0,1416
Termos de troca	-0,0973
Custos dos fatores primários	-0,0617
Salário nominal	-0,1156
Desvalorização real	0,1418
Volume	
Consumo real das famílias	0,0555
Volume exportado	0,1009
Volume importado	0,1909
PIB real	0,0256
Emprego real	0,0358

Fonte: elaboração própria (2024) com base nas simulações feitas no ORANIG-BR.

A Tabela 2 apresenta os resultados setoriais da redução tarifária sobre o nível de atividade econômica e emprego, selecionando os dez setores produtivos com as maiores e menores variações percentuais no nível de atividade. As correspondências dos setores estão disponíveis no Apêndice A.

Os setores mais beneficiados foram aqueles que utilizam os insumos importados que tiveram as maiores reduções em seus preços de importações. Foi o caso do setor de Fabricação de calçados e de artefatos de couro (C15) que experimentou a maior variação no nível de atividade econômica (0,1849%) e emprego (0,2483%). Como apresentado na Tabela 4, a *commodity* Tecido (C38) foi a que registrou a maior variação negativa em seu preço de importação e, por conseguinte, maior variação positiva em seu volume importado. Essa *commodity* representa, so-

zinha, quase 20% dos produtos importados pelo setor de Fabricação de calçados. Desse modo, a redução tarifária funcionou como um corte de custos de produção, permitindo expandir seu nível de produção e emprego.

É possível notar que as maiores variações positivas não se concentraram em nenhum dos setores agregados: quatro desses seis grandes setores estão entre aqueles com maior expansão do nível de atividade econômica. Entretanto, as maiores variações negativas estão concentradas no setor industrial, com destaque para Fabricação de produtos têxteis (C13) que registrou a maior retração de sua atividade econômica (-0,6101%) e emprego (-0,7916%). Essa concentração no setor industrial é explicada pela perda de competitividade desses setores frente a uma maior abertura comercial. Ou seja, a redução tarifária reduziu o *market share* desses setores na economia doméstica. A Tabela 3 apresenta os dados que corroboram essa afirmação, sendo discutida em detalhes mais abaixo.

TABELA 2 – Efeitos de curto-prazo da redução tarifária sobre o nível de atividade e emprego (var. %)

Setores	Setores agregados	Indicadores	
		Nível de atividade	Emprego
C15	Indústria	0,1849	0,2483
C35	Indústria	0,1148	0,1379
C44	Serviços	0,0809	0,1079
C37	Serviços	0,0802	0,1472
C07	Extrativa	0,0743	0,1413
C65	Serviços	0,0661	0,0661
C60	Serviços	0,0636	0,0690
C23	Indústria	0,0618	0,0891
C62	Serviços	0,0531	0,1027
C12	Agroindústria	0,0489	0,1476
C13	Indústria	-0,6101	-0,7916
C14	Indústria	-0,1955	-0,2686
C25	Indústria	-0,1342	-0,1652
C36	Indústria	-0,1041	-0,1985
C29	Indústria	-0,0368	-0,0543
C33	Indústria	-0,0279	-0,0298
C26	Indústria	-0,0251	-0,0339
C16	Indústria	-0,0193	-0,0314
C21	Indústria	-0,0099	-0,0215
C27	Indústria	-0,0085	-0,0149

Fonte: elaboração própria (2024) com base nas simulações feitas no ORANIG-BR.

A Tabela 3 apresenta a decomposição dos efeitos de curto-prazo da redução tarifária em quatro categorias: 1- Mercado Local; 2- Substituição; 3- Exportação; e 4- Total. A primeira deve ser entendida enquanto o nível de produção esperado dado uma mudança na demanda interna do produto, independentemente da fonte – se doméstico ou importado. A segunda pode ser interpretada como o valor pelo qual a produção dos bens nacionais varia devido a uma mudança relativa de preços que favoreça a substituição de importações. A terceira mostra a contribuição da variação das exportações para a variação da produção nacional. A quarta e última coluna é a

soma dos valores das três outras categorias.

O efeito Mercado Local foi o responsável pelas maiores variações positivas do efeito Total. Dentre essas, destacam-se as *commodities* mais relacionadas com a Indústria: Calçados e artefatos de couro (C41), Aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte (C84) e Eletrodomésticos (C77). Isso significa que a produção desses bens teria que ter aumentado na magnitude do efeito Mercado Local para poder ter atendido a pressão sobre a demanda realizada pelo corte tarifário.

Por outro lado, o efeito Substituição foi dominante nas maiores variações negativas do efeito Total. Isso significa que esses produtos perderam competitividade no mercado doméstico frente a uma maior exposição ao mercado internacional. Dentre esses, pode-se destacar as *commodities* Tecido (C38), Fios e fibras têxteis beneficiadas (C37) e Art. têxteis de uso doméstico e outros têxteis (C39).

Desse modo, pode-se afirmar que a indústria foi o setor agregado mais afetado pela redução tarifária, havendo uma parcela de si por ela beneficiada – como, por exemplo, os setores voltados para a fabricação de couro e calçado – e outra parcela por ela prejudicada – neste caso, os setores voltados para a fabricação têxtil. Como expõe a Tabela 2, os setores relacionados com Serviços, Extrativa e Agroindústria também foram beneficiados pela abertura comercial, entretanto, gozando de um ganho mais diminuto.

TABELA 3 – Decomposição dos efeitos de curto-prazo da redução tarifária (var. %)

<i>Commodities</i>	Setores agregados	Efeitos			
		Mercado local	Substituição	Exportação	Total
C41	Indústria	0,1275	0,0001	0,0514	0,1790
C84	Indústria	0,0323	-0,006	0,0846	0,1109
C77	Indústria	0,0974	-0,024	0,0053	0,0788
C97	Serviços	0,0189	0,0354	0,0240	0,0783
C72	Indústria	0,0326	0,0059	0,0388	0,0774
C20	Extrativa	0,0173	0,0057	0,0461	0,0691
C124	Serviços	0,0661	0	0	0,0661
C79	Indústria	0,0093	-0,0061	0,0610	0,0643
C87	Serviços	0,0149	0,0424	0,0068	0,0641
C117	Serviços	0,0608	0,0009	0,0001	0,0618
C38	Indústria	-0,1082	-0,6980	0,0412	-0,7650
C37	Indústria	-0,3986	-0,2799	0,0189	-0,6596
C39	Indústria	-0,0042	-0,4037	0,0054	-0,4025
C86	Indústria	0,0897	-0,3485	0,0502	-0,2086
C40	Indústria	0,2318	-0,4374	0,0057	-0,1999
C62	Indústria	0,0319	-0,3109	0,1234	-0,1556
C63	Indústria	-0,0032	-0,1508	0,0261	-0,1279
C03	Agropecuária	-0,1934	-0,0012	0,1318	-0,0627
C56	Indústria	-0,0772	-0,0322	0,0521	-0,0574
C24	Agroindústria	0,0705	-0,1505	0,0276	-0,0524

Fonte: elaboração própria (2024) com base nas simulações feitas no ORANIG-BR.

A Tabela 4 exibe os efeitos de curto-prazo da redução tarifária sobre o volume e preço das importações por *commodity*. A maior exposição ao mercado internacional aumentou a demanda pelos produtos dos setores da Indústria, Agroindústria e Agropecuária. Como citado anteriormente, a expansão nas importações desses produtos, em especial Tecido (C38), Artigos do vestuário e acessórios (C40) e Art. têxteis de uso doméstico e outros têxteis (C39), é resultado da redução dos custos de produção proporcionada pelo corte tarifário, que tornou por baixar o preço de importação desses bens. Os menores preços permitiram uma expansão no nível de atividade e emprego dos setores que tem esses bens como insumos.

A segunda metade da Tabela apresenta as *commodities* com as maiores variações negativas de volume importado. Isso se deu por conta que esses bens já não contavam com nenhuma barreira tarifária, logo, seus preços de importações não foram afetados pelo corte tarifário. O volume importado tornou por reduzir por conta da mudança dos preços relativos que pressionaram a demanda por importações de outros produtos, esses sim, afetados pelo corte tarifário.

TABELA 4 – Efeitos de curto-prazo da redução tarifária sobre as importações (var. %)

<i>Commodities</i>	Setores agregados	Importações	
		Volume	Preço
C38	Indústria	2,7413	-2,6082
C40	Indústria	2,6257	-2,4429
C39	Indústria	1,9852	-1,6339
C27	Agroindústria	1,4747	-0,5882
C42	Indústria	1,4279	-0,8667
C6	Agropecuária	1,2962	-0,9169
C34	Agroindústria	1,2562	-1,1298
C63	Indústria	1,2292	-1,1688
C37	Agroindústria	1,2211	-1,7473
C90	Serviços	-0,1760	0
C87	Serviços	-0,1648	0
C92	Serviços	-0,1412	0
C102	Serviços	-0,0953	0
C96	Comércio	-0,0925	0
C111	Serviços	-0,0891	0
C112	Serviços	-0,0868	0
C23	Extrativa	-0,0798	0
C94	Serviços	-0,0618	0

Fonte: elaboração própria (2024) com base nas simulações feitas no ORANIG-BR.

A literatura econômica afirma que o comércio internacional gera ganhadores e perdedores. Os resultados do modelo ORANIG-BR indicam que uma redução tarifária beneficiaria os setores da Agroindústria, Agropecuária e uma parte da Indústria – mais relacionada com produção de tecidos e calçados. Por outro lado, haveria perda de *market share* de uma outra parcela industrial brasileira, mais relacionada com a produção têxtil, reduzindo, por conseguinte, seu nível de atividade econômica. Entretanto, os indicadores macroeconômicos sugerem que os ganhos do primeiro grupo foram capazes de superar as perdas do segundo grupo, levando a uma redução dos preços da economia e um aumento do PIB real, emprego agregado e consumo das

famílias.

Esse resultado levanta discussões na literatura econômica relacionados com a temática de reestruturação da produção e da pauta exportadora brasileira, bem como a temática da desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora. Entretanto, os dados são insuficientes para realizar qualquer inferência sobre esse bloco temático.

4.3 RESULTADOS DA MICROSSIMULAÇÃO COMPORTAMENTAL

Texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da crença, corroborada pela teoria econômica, de que o comércio internacional pode engajar a economia de um país num ritmo de crescimento acelerado com *spillovers* positivos sobre os indicadores de desigualdade de renda e pobreza (CARNEIRO; ARBACHE, 2006), as evidências empíricas apontam para distintos cenários, não havendo qualquer consenso na literatura econômica sobre seus efeitos. Para os países em desenvolvimento, essa questão é ainda mais dúbia, já que uma economia em desenvolvimento mais integrada ao comércio internacional também pode estar mais vulnerável a choques externos, como mudanças abruptas nos termos de troca, que podem reduzir significativamente o crescimento do país (BANNISTER; THUGGE, 2001).

Entretanto, isso não necessariamente significa que não haja uma resposta conclusiva na literatura, mas sim pode indicar que não existe uma resposta única. É bastante plausível argumentar que o efeito composição da estrutura produtiva, da distribuição funcional da renda e do perfil da pauta exportadora influenciam significativamente na natureza do impacto de uma liberalização comercial sobre as variáveis de desigualdade de renda e pobreza. O modelo H-O, bem como a extensa maioria dos modelos teóricos de comércio internacional, desconsidera esses efeitos de equilíbrio geral. E a forma que essa diversidade de fatores pode gerar distintos impactos em termos de desigualdade de renda e pobreza é uma questão pouco explorada na literatura e, possivelmente, a razão da referida ausência de consenso.

Por essa razão, a presente dissertação tem como objetivo estimar os efeitos de uma maior abertura comercial sobre a distribuição da renda familiar e sobre os índices de pobreza no Brasil através do modelo nacional de equilíbrio geral para simular diferentes cenários de políticas de liberalização comercial integrado a uma abordagem de microsimulações contrafactuais para capturar as respostas comportamentais dos indivíduos.

Propôs-se um corte tarifário de 25% para todos os setores da economia como um exercício contrafactual a fim de avaliar o efeito de curto prazo do comércio internacional sobre a desigualdade de renda e pobreza no Brasil. Os resultados apontaram que o corte tarifário atuou como um choque positivo de produtividade para os setores com maior aderência ao comércio internacional, ao passo em que penalizou os setores voltados para o mercado doméstico. Como os ganhos setoriais não foram capazes de suprir as perdas, não houve ganho social líquido. A deterioração dos termos de troca, somado a uma relevante perda de receita tarifária, fizeram com que o cenário macroeconômico piorasse, havendo queda do PIB, emprego e salários.

É válido ressaltar que essa simulação não é o suficiente para poder realizar qualquer tipo de inferência ou associação entre o comércio internacional e os indicadores de desigualdade de renda e pobreza. Ainda é necessário sofisticar o método utilizado, desagregando as exportações

pelos maiores parceiros comerciais do Brasil; realizar mais simulações que consigam mapear os efeitos tanto pelo lado de barreiras tarifárias e não-tarifárias, como também pelo lado dos acordos comerciais e efeito dos blocos regionais; e, por fim, avançar na integração do modelo de equilíbrio geral a uma abordagem de microsimulações contrafactuais para poder captar o efeito ao nível microeconômico.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, E. The impact of trade liberalisation on poverty and inequality: Evidence from CGE models. **Journal of Policy Modeling**, Elsevier, v. 42, n. 6, p. 1208–1227, 2020.
- ANDERSON, J. E.; LARCH, M.; YOTOV, Y. V. Trade liberalization, growth, and FDI: A structural estimation framework. **Boston College and NBER**, v. 77, p. 2016, 2016.
- ARKOLAKIS, C.; COSTINOT, A.; RODRÍGUEZ-CLARE, A. New trade models, same old gains? **American Economic Review**, American Economic Association, v. 102, n. 1, p. 94–130, 2012.
- ARMINGTON, P. S. A Theory of Demand for Products Distinguished by Place of Production (Une théorie de la demande de produits différenciés d’après leur origine)(Una teoría de la demanda de productos distinguiéndolos según el lugar de producción). **Staff Papers-International Monetary Fund**, JSTOR, p. 159–178, 1969.
- ATKIN, D.; DONALDSON, D. The role of trade in economic development. In: **HANDBOOK of International Economics**. [S.l.]: Elsevier, 2022. v. 5. P. 1–59.
- BANERJEE, A.; NEWMAN, A. Inequality. **Growth and Trade Policy**. mimeo: MIT, 2004.
- BANNISTER, G. J.; THUGGE, K. International trade and poverty alleviation. **IMF Working Paper**, International Monetary Fund, v. 54, 2001.
- BARGAIN, O.; KWENDA, P. The informal sector wage gap: New evidence using quantile estimations on panel data. **Economic Development and Cultural Change**, University of Chicago Press Chicago, IL, v. 63, n. 1, p. 117–153, 2014.
- BAYAR, Y.; SEZGIN, H. F. Trade openness, inequality and poverty in Latin American countries. **Ekonomika**, v. 96, n. 1, p. 47–57, 2017.
- BORJAS, G. J.; RAMEY, V. A. The relationship between wage inequality and international trade. In: **CONTRIBUTIONS to Economic Analysis**. [S.l.]: Elsevier, 1994. v. 223. P. 217–241.
- BORRAZ, F.; ROSSI, M.; FERRES, D. Distributive effects of regional trade agreements on the small trading partners: Mercosur and the case of Uruguay and Paraguay. **The Journal of Development Studies**, Taylor & Francis, v. 48, n. 12, p. 1828–1843, 2012.
- CAMPOS, R. G.; TIMINI, J. Unequal trade, unequal gains: the heterogeneous impact of MERCOSUR. **Applied Economics**, Taylor & Francis, p. 1–15, 2022.
- CARNEIRO, F. G.; ARBACHE, J. S. The impact of trade openness on employment, poverty and inequality. In: VOS, R.; GANUZA, E.; MORLEY, S.; ROBINSON, S. (Ed.). **Who Gains from Free Trade? Export-led growth, inequality and poverty in Latin America**. [S.l.]: Routledge, 2006. v. 1. P. 184–203.

- CASTILHO, M.; MENÉNDEZ, M.; SZTULMAN, A. Trade liberalization, inequality, and poverty in Brazilian states. **World Development**, Elsevier, v. 40, n. 4, p. 821–835, 2012.
- CICOWIEZ, M.; ALEJO, O. J.; DI GRESIA, L.; OLIVIERI, S.; PACHECHO, A. Export Taxes, World Prices, and Poverty in Argentina: A Dynamic CGE-Microsimulation Analysis. International Microsimulation Association, 2016.
- COLOMBO, G. Linking CGE and Microsimulation Models: A Comparison of Different Approaches. **ZEW-Centre for European Economic Research Discussion Paper**, n. 08-054, 2008.
- DIX-CARNEIRO, R.; KOVAK, B. K. Trade liberalization and regional dynamics. **American Economic Review**, American Economic Association 2014 Broadway, Suite 305, Nashville, TN 37203, v. 107, n. 10, p. 2908–2946, 2017.
- DIXIT, A.; NORMAN, V. **Theory of international trade: A dual, general equilibrium approach**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1980.
- DOMINGUES, E. P.; HADDAD, E. A.; HEWINGS, G. Sensitivity analysis in applied general equilibrium models: An empirical assessment for MERCOSUR free trade areas agreements. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, Elsevier, v. 48, n. 2, p. 287–306, 2008.
- DOMINGUES, E. P.; HADDAD, E. A. Sensitivity analysis in computable general equilibrium models: An Application for the Regional Effects of the Free Trade Area of the Americas (FTAA). **Brazilian Review of Econometrics**, v. 25, n. 1, p. 115–137, 2005.
- ESTRADES, C. Is MERCOSUR's External Agenda Pro-Poor? An Assessment of the European Union-MERCOSUR Free-Trade Agreement on Poverty in Uruguay Applying MIRAGE. IFPRI Discussion Paper 01219, 2012.
- FERREIRA FILHO, J. B. d. S.; HORRIDGE, M. J. Economic integration, poverty and regional inequality in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, SciELO Brasil, v. 60, p. 363–387, 2006.
- FIGARI, F.; PAULUS, A.; SUTHERLAND, H. Microsimulation and policy analysis. In: **HANDBOOK of income distribution**. [S.l.]: Elsevier, 2015. v. 2. P. 2141–2221.
- FORBES, K. J. Skill classification does matter: estimating the relationship between trade flows and wage inequality. **Journal of International Trade & Economic Development**, Taylor & Francis, v. 10, n. 2, p. 175–209, 2001.
- GALIANI, S.; PORTO, G. G. Trends in Tariff Reforms and in the Structure of Wages. **The Review of Economics and Statistics**, The MIT Press, v. 92, n. 3, p. 482–494, 2011.
- GALIANI, S.; SANGUINETTI, P. The impact of trade liberalization on wage inequality: evidence from Argentina. **Journal of development Economics**, Elsevier, v. 72, n. 2, p. 497–513, 2003.

- GANUZA, E.; BARROS, R. P. de; VOS, R. Labour market adjustment, poverty and inequality during liberalisation. **Economic Liberalisation, Distribution and Poverty: Latin America in the 1990s**, Cheltenham (UK) e Northampton (US): Edward Elgar Publishers, p. 54–88, 2002.
- GANUZA, E.; MORLEY, S.; ROBINSON, S.; PINEIRO, V.; VOS, R. Are export promotion and trade liberalization good for Latin America's poor?: A comparative macro–micro CGE analysis. In: WHO Gains from Free Trade? Export-led growth, inequality and poverty in Latin America. [S.l.]: Routledge, 2006. P. 55–124.
- GNANGNON, S. K. Multilateral trade liberalization and economic growth. **Journal of Economic Integration**, JSTOR, v. 33, n. 2, p. 1261–1301, 2018.
- GOLDBERG, P. K.; PAVCNIK, N. **Trade, inequality, and poverty: What do we know? Evidence from recent trade liberalization episodes in developing countries**. [S.l.]: Brookings Trade Forum, Globalization, Poverty, e Inequality, 2004. P. 223–269.
- HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica: Journal of the econometric society**, JSTOR, p. 153–161, 1979.
- HECKSCHER, E. The effect of foreign trade on the distribution of income 1919. **Readings in the theory of international trade**, Blakiston Filadelfia, p. 272–300, 1949.
- HOFFMANN, R.; BOTASSIO, D. C.; JESUS, J. G. d. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização**. São Paulo: Edusp, 2019.
- HORRIDGE, M. ORANI-G: A generic single-country computable general equilibrium model. **Centre of Policy Studies and Impact Project, Monash University, Australia**, 2003.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)**. Brasília: Download. Estatísticas, 2009. Acesso em: julho 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)**. Brasília: Download. Estatísticas, 2015. Acesso em: julho 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>.
- _____. **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**. Brasília: Download. Estatísticas, 2015. Acesso em: julho 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>.
- IRWIN, D. A. **Against the tide: An intellectual history of free trade**. [S.l.]: Princeton University Press, 1998.
- KLEVMARKEN, A. Dynamic Microsimulation for Policy Analysis. Problems and Solutions. **International Journal of Microsimulation**, International Microsimulation Association, v. 15, n. 1, p. 121–134, 2022.

- KOLBEN, K. Compensation and its Limits: Can Trades Losers be Made Whole? **Journal of International Economic Law**, Oxford University Press UK, v. 24, n. 4, p. 683–702, 2021.
- MBANDA, V.; NCUBE, S. CGE Analysis of Rural Economic Development through Agriculture Policy in South Africa: A Focus on Poverty, Inequality, and Gender. Partnership for Economic Policy (PEP), 2021.
- NERI, M. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. In: BARRO, R. P. d.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006. v. 1. P. 129–161.
- OECD. Inequality: Improving policies to reduce inequality and poverty. **Brazil Policy Brief**, OECD Better Policies Series, 2015.
- OHLIN, B. Interregional and international trade. Mass., Harvard University Press, 1967.
- PAVCNIK, N. **The impact of trade on inequality in developing countries**. [S.l.], 2017.
- PEROBELLI, F. S.; BETARELLI, A. A.; VALE, V. d. A.; CUNHA, R. G. Impactos Econômicos do aumento das exportações brasileiras de produtos agrícolas e agroindustriais para diferentes destinos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, SciELO Brasil, v. 55, p. 343–366, 2017.
- PORTO, G. G. **Trade reforms, market access and poverty in Argentina**. [S.l.]: World Bank Publications, 2003. v. 3135.
- _____. Using survey data to assess the distributional effects of trade policy. **Journal of International Economics**, Elsevier, v. 70, n. 1, p. 140–160, 2006.
- RAIHAN, S. Welfare and poverty impacts of trade liberalization: a dynamic CGE microsimulation analysis. **International journal of microsimulation**, v. 3, n. 1, p. 123–126, 2010.
- RAVALLION, M. Pro-poor growth: A primer. **World Bank Policy Research Working Paper n.º 3242**, 2004.
- ROBINSON, S.; YÚNEZ-NAUDE, A.; HINOJOSA-OJEDA, R.; LEWIS, J. D.; DEVARAJAN, S. From stylized to applied models:: Building multisector CGE models for policy analysis. **The North American Journal of Economics and Finance**, Elsevier, v. 10, n. 1, p. 5–38, 1999.
- ROSER, M.; ORTIZ-OSPINA, E. **Trade openness**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/trade-openness>.
- SOARES, S. S. D. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.
- STOLPER, W. F.; SAMUELSON, P. A. Protection and real wages. **The Review of Economic Studies**, Wiley-Blackwell, v. 9, n. 1, p. 58–73, 1941.

THORBECKE, E.; OUYANG, Y. Towards a virtuous spiral between poverty reduction and growth: Comparing sub Saharan Africa with the developing world. **World Development**, Elsevier, v. 152, p. 105776, 2022.

TIBERTI, L.; CICOWIEZ, M.; COCKBURN, J. A top-down behaviour (TDB) microsimulation toolkit for distributive analysis. **Partnership for Economic Policy Working Paper**, n. 2017-24, 2017.

WINTERS, L. A.; MCCULLOCH, N.; MCKAY, A. Trade liberalization and poverty: the evidence so far. **Journal of economic literature**, v. 42, n. 1, p. 72–115, 2004.

WINTERS, L. A. Trade liberalisation and poverty: what are the links? **World Economy**, Wiley Online Library, v. 25, n. 9, p. 1339–1367, 2002.

XU, B. Trade liberalization, wage inequality, and endogenously determined nontraded goods. **Journal of International Economics**, Elsevier, v. 60, n. 2, p. 417–431, 2003.

Apêndices

APÊNDICE A – TABELA DE DADOS

TABELA 5 – Redução tarifária para as *commodities* do modelo ORANIG-BR

<i>Commodities</i>	Redução tarifária (-10%)	Tarifa de importação	
		Antes	Depois
Arroz, trigo e outros cereais	-0,08935	0,009016	0,008114
Milho em grão	0	0	0
Algodão herbáceo, outras fibras da lav. temp.	-0,55556	0,058824	0,052942
Cana-de-açúcar	0	0	0
Soja em grão	0	0	0
Outros produtos e serviços da lavoura temp.	-0,91687	0,100942	0,090848
Laranja	-0,76923	0,083333	0,075000
Café em grão	0	0	0
Outros produtos da lavoura permanente	-0,57036	0,060486	0,054437
Bovinos e outros animais vivos	0	0	0
Leite de vaca e de outros animais	0	0	0
Suínos	0	0	0
Aves e ovos	0	0	0
Produtos da exploração florestal e da silvicultura	-0,36942	0,038359	0,034523
Pesca e aquicultura	-0,02209	0,002214	0,001993
Carvão mineral	0	0	0
Minerais não-metálicos	-0,08734	0,008811	0,007930
Petróleo, gás natural e serviços de apoio	0	0	0
Minério de ferro	0	0	0
Minerais metálicos não-ferrosos	-0,01124	0,001125	0,001013
Carne de bovinos e outros prod. de carne	-0,26071	0,026769	0,024092
Carne de suíno	0	0	0
Carne de aves	0	0	0
Pescado industrializado	-0,468	0,049098	0,044188
Leite resfriado, esterilizado e pasteurizado	0	0	0
Outros produtos do laticínio	-0,40385	0,042084	0,037876
Açúcar	-0,58824	0,062500	0,056250
Conservas de frutas, legumes, outros vegetais	-0,61502	0,065532	0,058979
Óleos e gorduras vegetais e animais	-0,6536	0,069931	0,062938
Café beneficiado	-0,63569	0,067884	0,061096
Arroz beneficiado e produtos derivados do arroz	-0,08699	0,008775	0,007898
Produtos derivados do trigo, mandioca ou milho	-0,42956	0,044884	0,040396
Rações balanceadas para animais	-0,69753	0,074983	0,067485
Outros produtos alimentares	-1,12976	0,127365	0,114629

Continua na próxima página

TABELA 5 – continuação da página anterior

<i>Commodities</i>	Redução tarifária (-10%)	Tarifa de importação	
		Antes	Depois
Bebidas	-0,37518	0,038980	0,035082
Produtos do fumo	-0,01575	0,001577	0,001419
Fios e fibras têxteis beneficiadas	-1,74727	0,211720	0,190548
Tecidos	-2,60817	0,352845	0,317561
Art. têxteis de uso doméstico e outros têxteis	-1,63393	0,195305	0,175775
Artigos do vestuário e acessórios	-2,44292	0,323263	0,290937
Calçados e artefatos de couro	-2,92959	0,414346	0,372911
Produtos de madeira, exclusive móveis	-0,86667	0,094891	0,085402
Celulose	-0,24014	0,024605	0,022145
Papel, papelão, embalagens e artefatos de papel	-0,66523	0,071264	0,064138
Serviços de impressão e reprodução	-0,54054	0,057143	0,051429
Combustíveis para aviação	0	0	0
Gasoálcool	0	0	0
Naftas para petroquímica	0	0	0
Óleo combustível	0	0	0
Diesel - biodiesel	0	0	0
Outros produtos do refino do petróleo	-0,01265	0,001267	0,001140
Etanol e outros biocombustíveis	-0,18155	0,018491	0,016642
Produtos químicos inorgânicos	-0,10249	0,010355	0,009320
Adubos e fertilizantes	-0,09772	0,009868	0,008881
Produtos químicos orgânicos	-0,38194	0,039711	0,035740
Resinas, elastômeros e fibras artif. e sintéticas	-0,88012	0,096505	0,086855
Defensivos agrícolas e desinfestantes	-0,30735	0,031710	0,028539
Produtos químicos diversos	-0,71111	0,076555	0,068900
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	-1,22347	0,139403	0,125463
Perfumaria, sabões e artigos de limpeza	-0,29736	0,030647	0,027582
Produtos farmacêuticos	-0,33044	0,034173	0,030756
Artigos de borracha	-1,074	0,120322	0,108290
Artigos de plástico	-1,16882	0,132352	0,119117
Cimento	-0,31708	0,032746	0,029471
Artefatos de cimento, gesso e semelhantes	-0,90909	0,100000	0,090000
Vidros, cerâmicos e outros prod. de minerais	-0,89687	0,098523	0,088671
Ferro-gusa e ferroligas	-0,43596	0,045583	0,041025
Semi-acabados, laminados planos e tubos	-0,90836	0,099912	0,089921
Produtos da metalurgia de metais não-ferrosos	-0,18425	0,018771	0,016894
Peças fundidas de aço e de metais não ferrosos	0	0	0
Produtos de metal, excl. máquinas e equip.	-1,29002	0,148108	0,133297
Componentes eletrônicos	-0,16212	0,016479	0,014831

Continua na próxima página

TABELA 5 – continuação da página anterior

<i>Commodities</i>	Redução tarifária (-10%)	Tarifa de importação	
		Antes	Depois
Máquinas para escritório e equip. de informática	-0,43944	0,045964	0,041368
Material eletrônico e equip. de comunicações	-0,61592	0,065635	0,059072
Equip. de medida, teste e controle	-0,68245	0,073244	0,065920
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-1,20267	0,136708	0,123037
Eletrodomésticos	-1,6289	0,194586	0,175127
Tratores e outras máquinas agrícolas	-0,92759	0,102243	0,092019
Máquinas para a extração mineral e a construção	-0,38816	0,040384	0,036346
Outras máquinas e equipamentos mecânicos	-0,83424	0,091017	0,081915
Automóveis, camionetas e utilitários	-1,19935	0,136279	0,122651
Caminhões e ônibus	-0,65656	0,070270	0,063243
Peças e acessórios para veículos automotores	-1,10221	0,123874	0,111487
Aeronaves, embarcações e outros transp.	-0,18471	0,018819	0,016937
Móveis	-1,49383	0,175617	0,158055
Produtos de indústrias diversas	-1,42454	0,166118	0,149506
Manut., reparação e instalação de máq. e equip.	0	0	0
Eletricidade, gás e outras utilidades	0	0	0
Água, esgoto, reciclagem e gestão de resíduos	0	0	0
Edificações	0	0	0
Obras de infra-estrutura	0	0	0
Serviços especializados para construção	0	0	0
Comércio	0	0	0
Transporte	0	0	0
Armazen. e serviços auxiliares aos transp.	0	0	0
Correio e outros serviços de entrega	0	0	0
Serviços de alojamento em hotéis e similares	0	0	0
Serviços de alimentação	0	0	0
Livros, jornais e revistas	-0,01862	0,001865	0,001679
Serviços cinematogr., música, rádio e televisão	-0,03369	0,003380	0,003042
Telecomunicações, TV por assinatura e outros	0	0	0
Desenvolvimento de sistemas e outros	0	0	0
Intermediação financeira, seguros e prev. compl.	0	0	0
Aluguel efetivo e serviços imobiliários	0	0	0
Aluguel imputado	0	0	0
Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento	0	0	0
Serviços de arquitetura e engenharia	0	0	0
Publicidade e outros serviços técnicos	0	0	0
Aluguéis não-imob. e gestão de prop. intelectual	0	0	0

Continua na próxima página

TABELA 5 – continuação da página anterior

<i>Commodities</i>	Redução tarifária (-10%)	Tarifa de importação	
		Antes	Depois
Condomínios e serviços para edifícios	0	0	0
Outros serviços administrativos	0	0	0
Serviços de vigilância, segurança e investigação	0	0	0
Serviços coletivos da administração pública	0	0	0
Serviços de previdência e assistência social	0	0	0
Educação pública	0	0	0
Educação privada	0	0	0
Saúde pública	0	0	0
Saúde privada	0	0	0
Serviços de artes, cultura, esporte e recreação	-0,01452	0,001454	0,001309
Organizações patronais, sindicais e outros	0	0	0
Manut. de computadores, tel. e obj. domésticos	0	0	0
Serviços pessoais	0	0	0
Serviços domésticos	0	0	0

TABELA 6 – Correspondência dos setores no modelo ORANIG-BR

Códigos	Setores	Setores agregados
C01	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	Agropecuária
C02	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	Agropecuária
C03	Produção florestal; pesca e aquicultura	Agropecuária
C04	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	Extrativa
C05	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	Extrativa
C06	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	Extrativa
C07	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	Extrativa
C08	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	Agropecuária
C09	Fabricação e refino de açúcar	Agroindústria
C10	Outros produtos alimentares	Agroindústria
C11	Fabricação de bebidas	Agroindústria
C12	Fabricação de produtos do fumo	Agroindústria
C13	Fabricação de produtos têxteis	Indústria
C14	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	Indústria
C15	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	Indústria
C16	Fabricação de produtos da madeira	Indústria
C17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	Indústria
C18	Impressão e reprodução de gravações	Serviços
C19	Refino de petróleo e coquerias	Indústria
C20	Fabricação de biocombustíveis	Indústria
C21	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	Indústria
C22	Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	Indústria
C23	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	Indústria
C24	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	Indústria
C25	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	Indústria
C26	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Indústria
C27	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	Indústria
C28	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	Indústria
C29	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Indústria
C30	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	Indústria
C31	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	Indústria
C32	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	Indústria
C33	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	Indústria
C34	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Indústria
C35	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Indústria
C36	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	Indústria
C37	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Serviços

Continua na próxima página

TABELA 6 – continuação da página anterior

Códigos	Setores	Setores agregados
C38	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	Serviços
C39	Água, esgoto e gestão de resíduos	Serviços
C40	Construção	Serviços
C41	Comércio	Comércio
C42	Transporte	Serviços
C43	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	Serviços
C44	Alojamento	Serviços
C45	Alimentação	Serviços
C46	Edição e edição integrada à impressão	Serviços
C47	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	Serviços
C48	Telecomunicações	Serviços
C49	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	Serviços
C50	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Serviços
C51	Atividades imobiliárias	Serviços
C52	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	Serviços
C53	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	Serviços
C54	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	Serviços
C55	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	Serviços
C56	Outras atividades administrativas e serviços complementares	Serviços
C57	Atividades de vigilância, segurança e investigação	Serviços
C58	Administração pública, defesa e seguridade social	Serviços
C59	Educação pública	Serviços
C60	Educação privada	Serviços
C61	Saúde pública	Serviços
C62	Saúde privada	Serviços
C63	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Serviços
C64	Organizações associativas e outros serviços pessoais	Serviços
C65	Serviços domésticos	Serviços

TABELA 7 – Correspondência das *commodities* no modelo ORANIG-BR

Códigos	<i>Commodities</i>	Setores agregados
C001	Arroz, trigo e outros cereais	Agropecuária
C002	Milho em grão	Agropecuária
C003	Algodão herbáceo, outras fibras da lav. temporária	Agropecuária
C004	Cana-de-açúcar	Agropecuária
C005	Soja em grão	Agropecuária
C006	Outros produtos e serviços da lavoura temporária	Agropecuária
C007	Laranja	Agropecuária
C008	Café em grão	Agropecuária
C009	Outros produtos da lavoura permanente	Agropecuária
C010	Bovinos e outros animais vivos, prods. animal, caça e serv.	Agropecuária
C011	Leite de vaca e de outros animais	Agropecuária
C012	Suínos	Agropecuária
C013	Aves e ovos	Agropecuária
C014	Produtos da exploração florestal e da silvicultura	Extrativa
C015	Pesca e aquicultura (peixe, crustáceos e moluscos)	Extrativa
C016	Carvão mineral	Extrativa
C017	Minerais não-metálicos	Extrativa
C018	Petróleo, gás natural e serviços de apoio	Extrativa
C019	Minério de ferro	Extrativa
C020	Minerais metálicos não-ferrosos	Extrativa
C021	Carne de bovinos e outros prod. de carne	Agropecuária
C022	Carne de suíno	Agropecuária
C023	Carne de aves	Agropecuária
C024	Pescado industrializado	Agroindústria
C025	Leite resfriado, esterilizado e pasteurizado	Agroindústria
C026	Outros produtos do laticínio	Agroindústria
C027	Açúcar	Agroindústria
C028	Conservas de frutas, legumes, outros vegetais e sucos de frutas	Agroindústria
C029	Óleos e gorduras vegetais e animais	Agroindústria
C030	Café beneficiado	Agroindústria
C031	Arroz beneficiado e produtos derivados do arroz	Agroindústria
C032	Produtos derivados do trigo, mandioca ou milho	Agroindústria
C033	Rações balanceadas para animais	Agroindústria
C034	Outros produtos alimentares	Agroindústria
C035	Bebidas	Agroindústria
C036	Produtos do fumo	Agroindústria
C037	Fios e fibras têxteis beneficiadas	Indústria

Continua na próxima página

TABELA 7 – continuação da página anterior

Códigos	Commodities	Setores agregados
C038	Tecidos	Indústria
C039	Art. têxteis de uso doméstico e outros têxteis	Indústria
C040	Artigos do vestuário e acessórios	Indústria
C041	Calçados e artefatos de couro	Indústria
C042	Produtos de madeira, exclusive móveis	Indústria
C043	Celulose	Indústria
C044	Papel, papelão, embalagens e artefatos de papel	Indústria
C045	Serviços de impressão e reprodução	Indústria
C046	Combustíveis para aviação	Indústria
C047	Gasoálcool	Indústria
C048	Naftas para petroquímica	Indústria
C049	Óleo combustível	Indústria
C050	Diesel - biodiesel	Indústria
C051	Outros produtos do refino do petróleo	Indústria
C052	Etanol e outros biocombustíveis	Indústria
C053	Produtos químicos inorgânicos	Indústria
C054	Adubos e fertilizantes	Indústria
C055	Produtos químicos orgânicos	Indústria
C056	Resinas, elastômeros e fibras artif. e sintéticas	Indústria
C057	Defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários	Indústria
C058	Produtos químicos diversos	Indústria
C059	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	Indústria
C060	Perfumaria, sabões e artigos de limpeza	Indústria
C061	Produtos farmacêuticos	Indústria
C062	Artigos de borracha	Indústria
C063	Artigos de plástico	Indústria
C064	Cimento	Indústria
C065	Artefatos de cimento, gesso e semelhantes	Indústria
C066	Vidros, cerâmicos e outros prod. de minerais não-metálicos	Indústria
C067	Ferro-gusa e ferroligas	Indústria
C068	Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	Indústria
C069	Produtos da metalurgia de metais não-ferrosos	Indústria
C070	Peças fundidas de aço e de metais não ferrosos	Indústria
C071	Produtos de metal, excl. máquinas e equipamentos	Indústria
C072	Componentes eletrônicos	Indústria
C073	Máquinas para escritório e equip. de informática	Indústria
C074	Material eletrônico e equip. de comunicações	Indústria
C075	Equip. de medida, teste e controle, ópticos e eletromédicos	Indústria

Continua na próxima página

TABELA 7 – continuação da página anterior

Códigos	Commodities	Setores agregados
C076	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Indústria
C077	Eletrodomésticos	Indústria
C078	Tratores e outras máquinas agrícolas	Indústria
C079	Máquinas para a extração mineral e a construção	Indústria
C080	Outras máquinas e equipamentos mecânicos	Indústria
C081	Automóveis, camionetas e utilitários	Indústria
C082	Caminhões e ônibus, incl. cabines, carrocerias e reboques	Indústria
C083	Peças e acessórios para veículos automotores	Indústria
C084	Aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte	Indústria
C085	Móveis	Indústria
C086	Produtos de indústrias diversas	Indústria
C087	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Serviços
C088	Eletricidade, gás e outras utilidades	Serviços
C089	Água, esgoto, reciclagem e gestão de resíduos	Serviços
C090	Edificações	Serviços
C091	Obras de infra-estrutura	Serviços
C092	Serviços especializados para construção	Serviços
C093	Comércio	Comércio
C094	Transporte	Serviços
C095	Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes	Serviços
C096	Correio e outros serviços de entrega	Serviços
C097	Serviços de alojamento em hotéis e similares	Serviços
C098	Serviços de alimentação	Serviços
C099	Livros, jornais e revistas	Serviços
C100	Serviços cinematográficos, música, rádio e televisão	Serviços
C101	Telecomunicações, TV por assinatura e outros serv. relacionados	Serviços
C102	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	Serviços
C103	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Serviços
C104	Aluguel efetivo e serviços imobiliários	Serviços
C105	Aluguel imputado	Serviços
C106	Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	Serviços
C107	Pesquisa e desenvolvimento	Serviços
C108	Serviços de arquitetura e engenharia	Serviços
C109	Publicidade e outros serviços técnicos	Serviços
C110	Aluguéis não-imob. e gestão de ativos de propriedade intelectual	Serviços
C111	Condomínios e serviços para edifícios	Serviços
C112	Outros serviços administrativos	Serviços
C113	Serviços de vigilância, segurança e investigação	Serviços

Continua na próxima página

TABELA 7 – continuação da página anterior

Códigos	Commodities	Setores agregados
C114	Serviços coletivos da administração pública	Serviços
C115	Serviços de previdência e assistência social	Serviços
C116	Educação pública	Serviços
C117	Educação privada	Serviços
C118	Saúde pública	Serviços
C119	Saúde privada	Serviços
C120	Serviços de artes, cultura, esporte e recreação	Serviços
C121	Organizações patronais, sindicais e outros serviços associativos	Serviços
C122	Manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos	Serviços
C123	Serviços pessoais	Serviços
C124	Serviços domésticos	Serviços